

Entre o Pós-Abolição e a História Digital

**usos e sentidos do termo pós-abolição nos Simpósios Nacionais de História da
ANPUH (2013 - 2019)**

Priscila Valverde Silveira

20/06/2022

Índice

Dados gerais	4
Banca examinadora	4
Agradecimentos	5
Resumo	6
Introdução	7
1 O que é o Pós-abolição? Situando o debate historiográfico.	10
2 Entre o pós-abolição e a História Digital.	14
2.1 Parte I -Reflexões teórico-metodológicas sobre as fontes.	14
2.2 Parte II- Desenvolvimento da pesquisa	17
3 Quais caminhos o pós-abolição tem percorrido? Uma breve apresentação dos dados.	25
3.1 Dados quantitativos	25
3.2 Breve análise de alguns dados	28
Considerações finais	31
Referências bibliográficas	32
Appendices	34
A Gráficos	35
A.1 Gráfico 1	35
A.2 Gráfico 2	40
A.3 Gráfico 3	40
A.4 Gráfico 4	40
A.5 Gráfico 5	40
A.6 Gráfico 6	40
A.7 Gráfico 7	40
A.8 Gráfico 8	40
A.9 Gráfico 9	40
A.10 Gráfico 10	40

A.11 Gráfico 11	40
A.12 Gráfico 12	40

Dados gerais



UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DO CAMPUS DOS MALÊS

CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para aprovação no curso de Licenciatura em História da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Orientador: Prof. Dr. Eric Brasil Nepomuceno

Aprovado em [DATA]

Banca examinadora

- Prof. Dr. Eric Brasil (orientador)
- Prof. Dra. Maria Cláudia Cardoso Ferreira
- Prof. Dra. Anita Lucchesi

Agradecimentos

Agradeço ao Tempo, que se encarrega de colocar tudo em seu devido lugar: pessoas, caminhos e sentimentos. Agradeço a minha mãe, Eliete Valverde, meu amor, que me ensinou a resistir e por quem me reinvento todos os dias. Agradeço a Eric Brasil, meu orientador, a quem posso chamar de amigo, por todo incentivo e por ter me ensinado o significado do pronome “nós” dentro da universidade. Sem ele, esta monografia não teria sentido. Agradeço aos professores Leonardo Nascimento e Paulo Fonseca do Laboratório de Humanidades Digitais da Ufba- LABHD, do qual me sinto feliz em fazer parte, pelo acolhimento e por terem feito parte da formação técnica. Sem o laboratório não teria sido possível desenvolver a pesquisa da maneira que se encontra. Agradeço a Ana Carolina Veloso pela parceria e por junto com Eric ter me ensinado a trabalhar em equipe. Obrigada a todos vocês por terem construído junto comigo este trabalho!

Agradeço à Unilab, especialmente ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, que possibilitou o desenvolvimento da pesquisa através de concessão de bolsa para o projeto Pós-Abolição: sentidos usos e produção acadêmica (2004-2019).

Agradeço às professoras Maria Cláudia Cardoso Ferreira e Anita Lucchesi pelo aceite em compor a banca e pela leitura e contribuição para esta monografia.

Resumo

INCLUIR RESUMO

Palavras-chave: História Digital, Pós-Abolição, Anpuh

Introdução

Até o início da segunda metade do século XX, parte significativa da historiografia brasileira apontava a então chamada Lei Áurea (Lei nº 3.353 de 13 de maio de 1888) como o principal evento para entender o fim da escravidão e o início de um novo período histórico. Porém, com as demandas dos movimentos sociais negros que emergiram na década de 1960 reivindicando reparações aos danos causados pela escravidão que afetavam (e ainda afetam) os povos africanos e afro-brasileiros no Brasil – o que aponta a abolição como um processo inacabado – surgiu também a necessidade de revisitar a História.

Até meados da década de 1980, muitas vertentes da historiografia brasileira buscava analisar os processos históricos e as mudanças sociais deles decorrentes a partir de um conjunto de ações que não incluíam as questões raciais (NASCIMENTO, 2016). Como afirma Álvaro Nascimento, analisando a história social do trabalho, estas ações tenderam sempre a apontar um protagonismo branco. Como culminância de décadas de lutas e produções intelectuais e homens e mulheres negras e tantos outros brancos e não brancos, nos movimentos sociais, nas associações religiosas e festivas e também nas universidades e escolas, os estudos do Pós-Abolição tem ajudado a consolidar a quebra desse paradigma indicado por Nascimento.

Em primeiro lugar, o pós-abolição, embora caminhe por vias próprias, mantém relação com a história social da escravidão e, se tratando da percepção sobre o negro nos estudos acerca da escravidão, até 1980 existia uma dicotomia na historiografia que associava o escravizado a dois tipos específicos de perfis. De um lado, uma personalidade passiva, que denotava convivência harmoniosa entre escravos e senhores o que inferia uma relativa autoaceitação do próprio escravo em seu papel dentro da sociedade, apresentando a abolição como um projeto de elite. Do outro, o escravo heroico, rebelde, que empreendia levantes e revoltas contra o sistema escravista o que atribuía ao escravo um certo endeusamento, retirando-lhe em certa medida seu caráter humano e a capacidade de por si mesmo reconstruir sua história (REIS; SILVA, 1989).

O trabalho de João Reis e Eduardo Silva, “Negociação e Conflito”, publicado em 1989, aponta, sem desqualificar a importância das personalidades negras mais populares no processo de abolição, que o fim da escravidão foi o resultado de um conjunto de processos e de ações que se desenrolam no dia a dia por atores que não se engessam em nenhuma das duas categorias, indicando que “Os escravos não foram vítimas nem heróis o tempo todo, se situando na sua maioria e em sua maior parte do tempo numa zona de indefinição entre um e outro pólo.” (REIS; SILVA, 1989, p.7). Essa perspectiva colabora para imprimir nos estudos do pós-abolição perspectivas da micro-história e trajetórias individuais e coletivas.

O segundo aspecto que queremos apontar está relacionado a invisibilidade do negro na transição da Monarquia para a República. Nos estudos sobre o pós-abolição tornou-se imprescindível incluir reflexões sobre as questões raciais na análise histórica. No artigo “Trabalhadores Negros

e o Paradigma da Ausência: Contribuições à História Social do Trabalho no Brasil”, Álvaro Nascimento aponta como as lacunas deixadas pela ausência de identificação de cor invisibilizou o negro nas narrativas, embora ele sempre estivesse presente em todos os setores da sociedade, sendo impossível tratar dela sem incluí-lo. Apesar de seu trabalho buscar majoritariamente tratar sobre a História Social do Trabalho, Nascimento traz importantes reflexões sobre as possibilidades de pesquisa que mostram caminhos para desconstruir a invisibilidade do negro em qualquer área da historiografia.

Ao contrário da passividade apontada por um ou da invisibilidade apontada por outro, os estudos recentes vêm analisando um conjunto de ações, instituições e indivíduos, mostrando que o pós-abolição se apresenta como um campo de conflitos e tensões permanente (GOMES; DOMINGUES, 2011), de embates onde os homens e mulheres negras possuem fala e agência, apesar da violência, racismo e desigualdades no processo histórico.

Para os recém libertos, o dia seguinte à abolição possuía sentidos múltiplos, era o direito à cidadania, o direito à terra, a constituição de família, ou a consolidação legal dessas ações, por vezes experimentadas, mas incertas. Guardava – e ainda guarda – muitas inseguranças da permanência desta recente liberdade, principalmente diante dos boatos e incertezas que marcavam o advento da República (ALBUQUERQUE, 2009). A luta pela garantia destes direitos, agora assegurados pelo sistema jurídico nacional, e as lutas por sua expansão marcam a sociedade brasileira após o 13 de Maio. As experiências do pós-abolição variam tanto quanto os sentidos que se dá a Liberdade. Mas, 134 anos depois, o que é o pós-abolição para a historiografia no Brasil?

Buscando identificar como tem sido tratado o campo na atualidade, fruto do projeto de pesquisa PIBIC “Pós-abolição: usos, sentidos e produções acadêmicas 2004-2019”, com bolsa financiada pela UNILAB, orientado pelo professor Eric Brasil, este monografia objetiva discutir alguns resultados acerca do que tem se produzido nos Simpósios Nacionais de História da Associação Nacional de História (ANPUH) sobre o pós-abolição, aliado às discussões metodológicas próprias das Humanidades Digitais, mais especificamente da História Digital.

As Humanidades Digitais vêm se consolidando enquanto um campo de pesquisa, indicando ora ser um conjunto de métodos de pesquisa que aborda usos técnicos e teóricos dos meios digitais em paralelo à metodologias de pesquisas convencionais de cada disciplina, ora caminha para tornar-se um campo autônomo sem a convergência das discussões específicas das disciplinas. Buscamos fundamentar este projeto em conjunto com referenciais teóricos que indiquem a consolidação deste campo enquanto metodologia híbrida, que associa práticas de pesquisas convencionais às diversas discussões sobre os aspectos sócio-político-culturais do ciberespaço (TELLES, 2017).

Por se tratar de uma monografia com foco historiográfico, nos apropriamos das discussões da História Digital, que se apresentam como uma ramificação das Humanidades Digitais, sendo um conjunto de abordagens heurísticas próprias da historiografia, associada a metodologias digitais. Não precisaremos fazer esforço para observar que diante do crescente uso tecnológico, faz-se necessário um olhar mais atento do historiador para tal uso. O estudo das sociedades humanas em seu tempo tornou-se indissociável da tecnologia digital? EM alguns anos, senão agora, toda História não será digital?

Como apontou Marc Bloch em *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*, a história

se faz a partir dos vestígios deixados pelo homem (BLOCH, 2002). Hoje encontramos vestígios de uma sociedade cada vez mais informatizada, onde cada um de nós produz rastros digitais cotidianamente, o que leva a uma dataficação da vida social (SOUTHERTON, Clare. Datafication. In: SCHINTLER, Laurie A.; MCNEELY, Connie L. (Orgs.). Encyclopedia of Big Data. Cham: Springer International Publishing, 2020, p. 1–4). Assim, buscamos refletir sobre as possibilidades de levantar novos questionamentos a partir da utilização de ferramentas digitais como parte metodológica da escrita da história, especificamente do Pós-abolição.

Para tanto, utilizaremos um *dataset* composto de 185 *papers* em formato PDF, e analisaremos com o software de apoio a pesquisa qualitativa *ATLAS.ti* 7 buscando compreender de que maneira o pós-abolição tem sido tratado nos Simpósios Nacioanais de História da ANPUH.

A monografia está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo, situamos o tempo histórico do qual a pesquisa pretende tratar, a fonte utilizada, caracterizamos a ANPUH e refletimos sobre o que é o pós-abolição para a historiografia recente apoiados em autores como Sidney Chaloub, Petrônio Domingues e Flávio Gomes, Eric Brasil, Fernanda Oliveira, Wlamyra Albuquerque, João Reis e Eduardo Silva, Álvaro Nascimento. O segundo capítulo está dividido em duas partes. Na primeira, conceituamos o que entendemos ser a História Digital, discutimos sobre fontes e a utilização de dados digitais na pesquisa historiográfica, usando como referência Helyom Telles, Marc Bloch, Eric Brasil e Leonardo Nascimento, Anita Lucchesi, Matthew Salganik, Helle Jensen e Adam Crymble. No terceiro capítulo, iremos apresentar os dados quantitativos e apontaremos algumas conclusões por acreditarmos ser importante apresentar os dados resultantes mesmo que a partir de uma breve análise qualitativa.

1 O que é o Pós-abolição? Situando o debate historiográfico.

Segundo o Manifesto de Fundação do GT Nacional Emancipações e Pós-Abolição da ANPUH, do ano 2013, o pós-abolição no Brasil se consolidou enquanto um campo historiográfico autônomo, embora esteja ligado a história da escravidão. Devido a importância do crescimento do campo, ocorreu a criação do referido GT, que elenca diversas temáticas como parte deste campo, e reforça a necessidade de estudar o pós-abolição a partir de um conjunto de elementos particulares (“Manifesto de Fundação”, 2014).¹

Esse conjunto de elementos apontados no Manifesto de Fundação, partem da concepção de que para estudar o pós-abolição e entender seu processo histórico é necessário “invadir outras veredas da história do Brasil republicano, envolvendo espaços, tempos e agências variadas”(GOMES; DOMINGUES, 2011).

O pós-abolição no Brasil possui como marco cronológico o desmonte total do regime escravista enquanto sistema jurídico, através da Lei 3.353, promulgada no dia 13 de maio de 1888. No entanto, a maior parte da população negra no Brasil - último país independente das Américas a abolir a escravidão - na data da abolição, já era livre, o que se relaciona a uma taxa importante de alforrias entre os séculos XVII e XVIII, à intensificação das ações abolicionistas por todo século XIX e, sobretudo, pela constante mobilização de escravizados pela conquista de sua liberdade (CHALHOUB, 2011). O fim do regime escravista marca o início de um novo período na sociedade Brasileira, seguido pela instauração do Regime Republicano em 1889, com o fim do direito à propriedade sobre os corpos negros. Para a população egressa do cativo e seus descendentes, esta nova configuração político-social deveria garantir direitos que, durante o regime escravista, dependiam exclusivamente do poder senhorial, e, principalmente, deveria assegurar juridicamente o direito à liberdade e à cidadania.

No entanto, a abolição não garantiu a esta população a possibilidade de uma emancipação completa, pois, se durante a escravidão as hierarquias sociais estavam pautadas no pressuposto de raças de forma clara e assegurada, no pós-abolição as estruturas raciais foram reconfiguradas, continuando intrínsecas, mas sustentadas sob outros elementos (OLIVEIRA, 2017, p. 27). A ausência de políticas públicas que atendessem a problemas específicos da população negra no Brasil, e que buscassem diminuir as desigualdades foram negligenciadas e mesmo convertidas em políticas que só reforçaram as práticas racistas e que afundavam ainda mais esta população em um abismo de desigualdades (BRASIL, 2016, p. 73).

Na historiografia brasileira, o termo pós-abolição começa a ganhar destaque na década de 1990, mas tem sua consolidação nos anos 2000, principalmente após a publicação em 2004 do

¹Acessado em 21/10/2021. Disponível em: <https://emancipacoeseposabolicao.wordpress.com/manifesto-de-fundacao/>

artigo “O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas” de Ana Lugão Rios e Hebe Matos. Nesse artigo, as autoras apontam a centralidade das ações provenientes da população egressa do cativeiro como fator para compreender os sentidos e estratégias destas populações após a abolição. A interpretação histórica baseada numa perspectiva de fronteiras agrárias abertas/fechadas ou ainda do silêncio sobre a cor nas análises sobre as primeiras décadas do regime republicano induziu a um desaparecimento da população negra da historiografia. A partir do diálogo com trabalhos sobre o Caribe e os EUA, com os trabalhos da história social da escravidão e da história oral, memória, história social da cultura e ainda os debates sobre raça e racismo na sociedade brasileira, as autoras apontam uma nova perspectiva historiográfica, que possibilita a população negra emergir no processo histórico sob diversos caminhos que desabilitam os conceitos racistas pautados biologicamente sob os pressupostos de inferioridade (RIOS e MATTOS, 2004).

As autoras apontam a necessidade de a historiografia encarar esse período como um campo de estudo específico, independente do campo da história da escravidão. Obviamente, o princípio básico para a compreensão do pós-abolição é sua própria ligação com o fim da escravidão. Entretanto, essa distinção é importante, segundo as autoras, para que possamos analisar as diferentes formas, atualizações, transformações e permanências das relações raciais e sociais no Brasil nos últimos 130 anos após o fim do regime escravista.

Como o termo pós-abolição no Brasil tem uma conotação especificamente ligada ao 13 de maio de 1888 e ao fim completo do sistema escravista, ele traz consigo o sentido de marco temporal. Entretanto, também possui uma dimensão de marco teórico, por possibilitar a análise de experiências sociais de pessoas negras livres numa sociedade sem escravidão, mas que mantém e recria formas de hierarquização racial e social.

Para Petrônio Domingues e Flávio Gomes, o pós-abolição no Brasil:

Foi um período de longa duração, abrangendo desde a propaganda abolicionista (e operária, vertente pouco conhecida), em cidades como o Rio de Janeiro, Santos, São Paulo, Porto Alegre e Salvador dos anos 1880 até os movimentos sociais de luta antirracista na época da redemocratização, cerca de um século depois. Histórias diversas envolvendo biografias e instituições... Acompanhar seu processo histórico também significa - e isso precisa ser enfatizado - invadir outras veredas da história do Brasil republicano, envolvendo espaços, tempos e agências variadas. (GOMES e DOMINGUES, 2011, p. 9-10)

Fernanda Oliveira, em sua tese de doutorado, aponta o campo de estudo do pós-abolição como um diálogo entre os estudos da escravidão e a herança desta para o período subsequente, afirmando que:

O campo de estudos do pós-abolição é entendido não como dissociado dos estudos da escravidão, tampouco como legado daquele período, o que diferencia é o foco do olhar nos diálogos abertos com a abolição. É estritamente nesse sentido que adoto o pós-abolição: como campo de estudos que oferece um repertório de análises, cujo problema histórico está centrado nas experiências de liberdade, e especialmente de

cidadania, de pessoas escravizadas e seus descendentes após a abolição da escravidão, identificados e hierarquizados nas relações sociais por termos que evocam uma ideia de raça.(OLIVEIRA, 2017, p. 27)

Portanto, o pós-abolição é um termo que possibilita estudar não apenas sujeitos históricos negros, mas sim é uma chave analítica para toda a história do Brasil.

Diante da emergência de eventos, publicações e projetos de pesquisa no Brasil sobre o pós-abolição nos anos 2000, e da grande adesão em Simpósios Temáticos vinculados ao tema nos Simpósios Nacionais de História da ANPUH, um grupo de historiadores e historiadoras se reuniu no XXVII Simpósio Nacional, na cidade de Natal em 2013, e fundou o Grupo de Trabalho Nacional Emancipações e Pós-abolição (Gtep). Desde então, o pós-abolição vem se consolidando como um campo historiográfico autônomo, que aborda variados caminhos teóricos e metodológicos e fornece um vasto campo para a história nacional e para entender conjunturas sociais.

Dada a crescente importância do termo nas pesquisas e por entendermos o pós-abolição sob uma ótica da historiografia atual enquanto um campo teórico-metodológico vasto, mas que ainda tem muitas possibilidades de crescimento, e diante da importância das publicações decorrentes dos Simpósios Nacionais de História da ANPUH para a produção historiográfica no Brasil, nos propomos a analisar de que maneira o termo tem sido utilizado em tais publicações a partir de 2013, ano de fundação do Gtep.

A ANPUH, inicialmente Associação Nacional dos Professores Universitários de História, foi fundada em 1961 em São Paulo na cidade de Marília em decorrência da realização de um Simpósio que objetivava discutir o currículo de história, os problemas relacionados ao ensino de história nas universidades e a Reforma Universitária, sendo estruturado inicialmente por uma Comissão Executiva, Convidados de Honra, Comissões Especializadas, Cinco Temários, Regulamento do Simpósio, três Conferências e sete Sessões. Nesse momento, seu corpo de associado era apenas de professores universitários, desde seu início incluía discussões sobre a profissionalização do ensino e sobre a pesquisa na área de história, relacionados tanto a graduação como a pós-graduação(FALCON, 2011).

Posteriormente, a ANPUH passou a ter um corpo de associados diversificado, com professores de Ensino Fundamental e Médio, profissionais que atuam em instituições e patrimônio e memória e em arquivos públicos e privados, o que resultou em 1993 a mudança do nome da organização para Associação Nacional de História, sob o mesmo acrônimo. Atualmente os simpósios acontecem intercalados de dois em dois anos, divididos entre estaduais (quantidade de edições varia conforme o Estado) e nacionais (na 31ª edição). Os Simpósios nacionais da ANPUH são o evento de maior relevância para a historiografia no Brasil e na América Latina, e a instituição exerce influência na consolidação de direitos para a categoria, por exemplo, na aprovação da Lei 14.038/2020 que regulamenta a profissão de historiador.

Atualmente a ANPUH possui duas revistas para publicação: a Revista Brasileira de História e a revista digital História Hoje e conta com dezenove grupos de trabalho.

Buscamos nos métodos da História Digital uma forma de analisar as diversas possibilidades de fontes existentes nos meios digitais no intuito de apontar reflexões sobre o uso do termo pós-abolição nas recentes produções acadêmicas da disciplina de História. Para isso, utilizamos

uma metodologia híbrida, envolvendo raspagem de dados através de scripts, software para apoio à pesquisa qualitativa e gerenciador bibliográfico associados à leituras e discussões do referencial teórico sobre Humanidades Digitais e o Pós-abolição no Brasil e nas Américas. Detalharemos o desenvolvimento da pesquisa no capítulo a seguir.

2 Entre o pós-abolição e a História Digital.

2.1 Parte I -Reflexões teórico-metodológicas sobre as fontes.

Segundo Zaagsmabmgn (2013, apud Telles(2017, p. 84)), é nos Estados Unidos, na década de 1960, influenciada pela Nova História Econômica, que se percebe inicialmente o interesse em analisar dados quantitativos com computadores, tendo o ano de 1963 a publicação sobre as obras de São Tomás de Aquino feita por Roberto Busa como marco do início da historiografia digital. Após isso, o campo passou por longo período de ascensão, perdendo espaço na década de 1980 para análises mais voltadas para a narrativa histórica.

No entanto, em 1980 com a popularização do uso dos computadores e em 1990 com a criação da internet, bases de dados foram criadas com a digitalização de fontes históricas e discussões online foram implementadas como prática acadêmica, além do fomento de projetos institucionais na área de comunicação e de preservação de patrimônio.(TELLES, 2017)

Telles argumenta que inicialmente a História Digital parte das reflexões sobre a digitalização de várias formas de arquivo para o historiador, o uso do computador na prática de pesquisa, além da utilização dos meios digitais como forma de difusão de conhecimentos históricos, o que recai na discussão sobre História Pública (Telles,2017).

Entretanto, é importante destacar que os debates sobre os caminhos da historiografia digital apontam para uma variedade de filiações teóricas e metodológicas ao longo do século XX. Segundo Crymble, é mais correto buscarmos compreender as múltiplas histórias por trás desse processo, analisando as diferentes práticas e reflexões que precederem o próprio termo história digital (CRYMBLE, 2021). Já em 2014, Anitta Luchesi propôs uma análise comparativa entre a *Digital History* estadunidense e a *Storiografia Digitale* italiana, pensando as diferentes abordagens e objetos de pesquisa, e sobretudo como impactam na epistemologia da história (LUCHESE, 2014).

Essas reflexões são extremamente importantes, e, partindo delas, propomos também refletir sobre as possibilidades de utilizarmos dados que são próprios dos meios digitais como fontes. Mathew Salganik aponta dois padrões de dados como fundamentais para a pesquisa nos meios digitais, os dados *readymades* (prontos) e os *custommades* (personalizados) (SALGANIK, 2018).

Essa diferenciação, embora esteja em sua obra apresentada no âmbito da Ciência Social Computacional, se estende a análise de dados digitais para qualquer disciplina pois, trata de compreender a possibilidade de utilização de fontes criadas em seu fim específico ou fontes que são remodeladas e adequadas passando a serem utilizadas com outra finalidade que não a de sua criação.

Assim, os papers publicados nos Anais da ANPUH, à primeira vista, podem ser identificados como dados *readymades*, por estarmos construindo uma análise a partir da finalidade especí-

fica para a qual foram criados: análise da produção historiográfica em determinado recorte temporal. No entanto, esses mesmos dados passaram por um processo de ressignificação (*re-purpose*, nas palavras de Salganik) ao utilizarmos seus metadados não apenas como um dado de identificação mas como um dado analítico que pode indicar tendências específicas sobre a produção historiográfica acerca do pós-abolição, constituindo uma base de dados específica para análise. Ou seja, nos apropriamos de um conjunto de dados, os reorganizamos como dados tabulares, extrapolando sua finalidade original, tornando-os *custommades*. Assim, observando mais detalhadamente nossos papers, os nossos dados representam uma combinação desses dois padrões propostos por Salganik (2018).

Jensen(2020) define os metadados como:

Metadados são, em sua essência, dados sobre dados, pode ser, o que normalmente foi registrado em uma auxílio de busca(por exemplo, data, criador e local). Mas também pode ser muito mais do que isso, incluindo descrições de assunto muito detalhadas espalhadas por categorias que descrevem qualquer coisa, desde conteúdo a material, necessidade de preservação ou direitos autorais.(Jensen, 2020, p.? tradução nossa)

Os metadados, portanto, “explicam, contextualizam, conferem veracidade ao documento” (Brasil e Nascimento, 2020, p. 202). A análise de alguns metadados já presentes nos papers como instituição, autoria, titulação e, a construção de outros através de identificadores criados nas etiquetas do Atlas.ti como recorte espacial e recorte temporal, nos indicaram alguns aspectos dos perfis de autores e das produções, possibilitando a identificação de tendências de correntes historiográficas no campo, o que será detalhado no capítulo III da monografia.

Passando da discussão da identificação de fontes em meios digitais para a análise historiográfica da fonte em si, podemos buscar entender inicialmente o uso das fontes digitais sobre três pontos:

Em primeiro lugar, sobre o que pode ser compreendido como um documento utilizado como fonte historiográfica, “o que entendemos efetivamente por documentos senão um ‘vestígio’, quer dizer, a marca, perceptível aos sentidos, deixada por um fenômeno em si mesmo impossível de captar?” (BLOCH, 2002). Assim, podemos entender que as fontes podem ser qualquer vestígio decorrente de alguma ação humana no tempo. Refletindo sobre a possibilidade da pesquisa historiográfica em meios digitais, existe uma variedade de fontes possíveis que ainda são recentes para nossa disciplina: as redes sociais, imagens publicadas em sites, etc. Mas queremos propor aqui especificamente pensar os ‘vestígios’ deixados pela produção das publicações acadêmicas em meios digitais - que em certa medida podem ser compreendidas como fontes diretas pois foram construídas com finalidade historiográfica. Em nossa pesquisa, escolhemos especificamente tratar dos papers dos Simpósios Nacionais de História da ANPUH. Escolhemos estas publicações diante da análise estar completamente voltada ao termo pós-abolição, e como já mencionado, houve a criação do GT Emancipações e Pós abolição em 2013, além dos Simpósios serem o maior evento de História do país.

Em segundo lugar, salientando a importância do caráter subjetivo do ofício do historiador de entender além do que intencionalmente foi dito, buscamos analisar não apenas o corpo das

publicações em si, mas o que o conjunto da escrita associada a seus metadados (informações sobre as publicações) podem nos possibilitar questionar, pois:

Do mesmo modo, até nos testemunhos mais resolutamente voluntários, o que os textos nos dizem expressamente deixou hoje em dia de ser o objeto predileto de nossa atenção. Apegamo-nos geralmente com muito mais ardor ao que ele nos deixa entender, sem haver pretendido dizê-lo. (BLOCH, 2002, p.78)

E em terceiro lugar, entendendo a importância da construção de boas perguntas sobre o objeto de pesquisa, diante do caminhar da sociedade contemporânea, da qual a tecnologia digital é indissociável, hoje encontramos nesses meios os ‘vestígios’ de uma sociedade informatizada, fazendo-se imprescindível que nos adequemos a esses novos meios se quisermos acompanhar os registros dessa sociedade. Ainda atentos ao que Marc Bloch relata:

Velho medievalista, confesso não conhecer leitura mais atraente do que um cartulário. É que sei aproximadamente o que lhe perguntar. Uma coletânea de inscrições romanas, em contrapartida, me diz pouco. Se com dificuldade consigo lê-las, não sei solicitá-las (BLOCH, 2002, p.79).

Ou seja, parafraseando o historiador francês: uma coletânea de tweets ou milhões de metadados sobre publicações acadêmicas ou um jornal digitalizado dirão pouco aos historiadores que não conseguirem lê-los de forma adequada, com ferramentas e habilidades coerentes com suas especificidades. Como afirmar Brasil e Nascimento:

Quando um registro histórico — seja ele um manuscrito, uma carta, uma edição de jornal, uma foto, um livro etc. — converte-se, por meio de algum processo computacional, em um documento digital, ocorre aí uma mudança que dificilmente poderia ser considerada trivial. Apesar de a informação contida na fonte continuar “sendo a mesma” — no sentido de que a digitalização não alteraria substancialmente o conteúdo do registro histórico —, podemos dizer que a modificação na “materialidade” da fonte histórica nos conduz, inevitavelmente, a uma nova condição em relação ao modo de lidarmos com a informação ali contida. (Brasil e Nascimento, 2020, p. 201)

Sobre a reflexão acerca da utilização das fontes em meios digitais, Helle Jensen (2020) aponta como um dos aspectos a necessidade de entender a política da instituição que organiza e publiciza tais fontes, além de entender a lógica desses processos pois, “A qualidade da pesquisa histórica depende da compreensão dessas lógicas porque elas tem consequências metodológicas.” (Jensen, 2020, p.2. tradução nossa).

Neste sentido, sabemos que as publicações dos papers da ANPUH passaram por um conjunto de procedimentos metodológicos de avaliação próprios da academia, e que os interesses da publicação de tais conteúdos estão associadas a difundir conhecimento epistêmico de acordo com as recomendações éticas da escrita historiográfica. Porém, gostaríamos de pontuar algumas

considerações acerca da estrutura. Parte da metodologia demandou uma análise mais detalhada dos papers devido ao caráter subjetivo da linguagem, assim, fizemos a leitura próxima de 185 pdfs - procedimento que será descrito abaixo -, o que nos fez perceber algumas lacunas em relação à estrutura dos papers, como a ausência de informações sobre autoria, instituição ou formação e, em alguns momentos sentimos dificuldade em relacionar o título com o corpo do texto, bem como identificar do que se tratava a temática geral.

2.2 Parte II- Desenvolvimento da pesquisa

A pesquisa de base que deu origem a essa monografia foi desenvolvida ao longo dos anos de 2020 e 2021 através do projeto PIBIC “Pós-abolição: usos, sentidos e produções acadêmicas 2004-2019”, onde desenvolvi o plano de trabalho “Análise do termo “pós-abolição” em produções acadêmicas (2004-2019)“.

Para desenvolvimento da pesquisa, utilizamos uma metodologia híbrida, com técnicas próprias da ciência computacional e práticas de pesquisa historiográfica. Para isso, fizemos formação para utilizar ferramentas digitais específicas como o Zotero e Atlas.ti 7, e de compreensões básicas sobre a linguagem de programação Python. Tivemos momentos de leitura da bibliografia do projeto e reuniões para discussão da mesma no intuito de construir um arcabouço teórico para nortear a análise qualitativa dos dados.

Sobre a formação teórica, após levantamento bibliográfico das temáticas mais pertinentes, dado o caráter do projeto de buscar caracterizar produções historiográficas em meios digitais, sobre Humanidades Digitais, priorizamos leituras que tratassem de possíveis conceituações deste campo, que avaliassem como ferramentas digitais podem ser utilizadas na pesquisa historiográfica, os impactos da tecnologia no ofício do historiador, e da importância de acompanhar e criticar os avanços tecnológicos para a construção do conhecimento histórico. Dessa forma, incidimos em trabalhos que estavam mais voltados para as discussões no âmbito da Sociologia e da História como “As Humanidades Digitais como uma comunidade de práticas dentro do formalismo acadêmico: dos exemplos internacionais ao caso português”,(Daniel Alves); “História Digital: reflexões a partir da Hemeroteca Digital Brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica”,(Eric Brasil e Leonardo Nascimento); “Novas fronteiras metodológicas nas ciências sociais”, (Leonardo Nascimento e Paulo Alves); “Bit by bit: social research in the digital age”,(Matthew Salganik);“Evidências, códigos e classificações: o ofício do historiador e o mundo digital”,(Alexandre Fortes e Leonardo Alvim);“Digital history e Storiografia digitale: estudo comparado sobre a escrita da história no tempo presente (2001-2011)”,(Anita Lucchesi);“Nunca fomos tão úteis”,(Anita Lucchesi et al); e, “HISTÓRIA DIGITAL, SOCIOLOGIA DIGITAL E HUMANIDADES DIGITAIS: Algumas questões metodológicas”,(Helyom Telles) .

Para as leituras sobre o pós-abolição, partimos da abordagem feita por Ana Lugão Rios e Hebe Mattos (2004) no artigo “O pós-abolição como um problema histórico: balanços e perspectivas”, de que existe uma grande diversidade de elementos a serem explorados para compor os estudos do pós-abolição no Brasil, e que estes elementos ainda estão emergindo na historiografia, possibilitando sua consolidação como um campo autônomo. Assim, preferimos

destacar trabalhos que pudessem nortear estes elementos, sobretudo, pela necessidade na definição de parâmetros a serem utilizados na análise das publicações no software de apoio a análise qualitativa de dados.

As leituras estiveram presentes em todas as etapas da pesquisa pois, além da necessidade de fundamentação teórica própria do formato da monografia, foi necessário como previsto pelas Humanidades Digitais, a adequação das ferramentas para a finalidade específica da pesquisa.

Em seguida, fizemos capacitações para uso do gerenciador bibliográfico Zotero, o qual utilizamos para criar uma biblioteca pública digital de referências bibliográficas, intitulada “História Digital” e para fazer o levantamento bibliográfico. A utilização do Zotero nos ajudou na organização da bibliografia tanto quanto na escrita desta monografia, devido as diversas funcionalidades que possui, como por exemplo, a automatização da inserção das citações escritas no corpo do texto a partir da bibliografia predefinida nele em diretório criado especificamente para o TCC.¹

Dentre essas capacitações, fizemos uma formação online da UDESC sobre Zotero, alguns workshops ministrados pelo professor Eric Brasil, e tivemos acesso a algumas aulas ministradas pelo mesmo na disciplina de Ferramentas Digitais e a pesquisa em humanidades no IHL, Unilab. Após as capacitações, criamos um grupo público no Zotero (o qual tornou-se a página da biblioteca) com um banco de dados constituído de teses, capítulos de livros, artigos, conferências, livros, verbetes de enciclopédia e página da web; organizamos as referências e todas as informações constantes nos metadados seguindo os padrões da ABNT; criamos etiquetas para cada artigo e pastas temáticas de maneira a otimizar a busca pelo público.

O Zotero é um gerenciador bibliográfico gratuito e de software livre. Entre suas funções básicas está o armazenamento, o gerenciamento de referências, a organização por conjunto de dados de temáticas específicas dispostos em pastas ou “*Coleções*”, e a inclusão de citações em editores de texto por meio de integração. Permite ainda a adição de marcadores que identificam os arquivos que são as etiquetas ou “*tags*”, além da possibilidade de criação de grupos públicos(o que te permite construir bibliotecas públicas) e da sincronização entre diversos computadores através de um servidor.(SILVA; ANDRETTA; RAMOS, 2011, pág. 429). É importante apontar que o Zotero além das funcionalidades citadas, preserva a mesma estrutura de visualização *online* e *offline*, além de permitir fazer fichamentos e buscas mais detalhadas através das etiquetas.(LUCCHESI, 2014, pág.62). Atualmente está na 6ª versão e com diversas outras funcionalidades implementadas.

A criação da biblioteca pública de referências no Zotero intitulada História Digital foi desenvolvida em conjunto com a discente Ana Carolina de Oliveira Veloso do curso de História, bolsista Pibic/Fapesb projeto “História Digital: acervo e ferramentas digitais para pesquisa e ensino”, sob a orientação do professor Eric Brasil no âmbito do curso de Licenciatura em História, da UNILAB-campus Malês.

Para a criação da biblioteca foi necessário construir coleções, que são um conjunto de referências agrupadas por temáticas, definidas nas etiquetas, que são marcadores que sintetizam

¹Para uma utilização prática e avaliação dos impactos do Zotero na pesquisa histórica, ver LUCCHESI, Anita. *Digital history e Storiografia digitale: estudo comparado sobre a escrita da história no tempo presente* (2001-2011). Mestrado, UFRJ, Rio de Janeiro, 2014. p. 62-64

palavras-chaves ou conceitos. No presente momento a biblioteca conta com mais de 300 itens, organizados em 13 coleções (Tabela 1).

Nome da coleção	Quantidade de Itens
Acervos e Arquivos Digitais	30
Definições de tecnologias	4
Ensino e Humanidades Digitais	9
Ferramentas Digitais	48
Hemerotecas e Bibliotecas Digitais	23
Heurística Digital	4
História Pública Digital	10
Humanidades Digitais	40
Memória	4
Metodologias Digitais	51
NLP e NER	24
Reflexões Críticas: decolonialidade e interseccionalidade	26
Teoria e Epistemologia da História	42

Essas coleções foram definidas pensando nos principais recortes onde se aborda a temática da História Digital e temas interligados. A biblioteca continua em constante atualização, podendo ter referências adicionadas por quem tiver interesse em colaborar com o projeto, mediante avaliação do administrador. Atualmente, a biblioteca conta com quatorze membros, podendo ser acessada neste [link](#).

Na etapa seguinte, passamos a trabalhar diretamente com a base de dados criada a partir da raspagem dos Anais dos Simpósios Nacionais de História da Anpuh. Diante da necessidade de compreender o funcionamento do *script* para raspagem dos dados nas plataformas, o qual foi criado pelo professor Eric Brasil em parceria com o Laboratório de Humanidades Digitais da UFBA, fizemos workshops de linguagem de programação orientada a objeto, com a linguagem Python.

Podemos resumir o processo de coleta dos dados da seguinte maneira: dois *scripts* de raspagem de dados referentes aos trabalhos completos publicados nos anais da Anpuh foram criados. Ambos escritos em Python 3.8 ². O primeiro deles, `script-anais-anpuh.py` realizou a raspagem dos trabalhos em PDF de todos os Simpósios Nacionais da Anpuh entre 1963 até 2017, atualmente disponíveis na página oficial da associação. O segundo script, `script-anais-anpuh-2019.py`, é um desdobramento do primeiro para raspar os trabalhos publicados nos Anais do 30º Simpósio Nacional de História, realizado no ano de 2019 em Recife, PE, visto que ainda não estão disponíveis no repositório do site da Anpuh.

Ambos os scripts estão disponíveis no repositório Anais-Anpuh no GitHub do Laboratório de Humanidades Digitais da UFBA e podem ser acessados através desse link:

²Python é uma linguagem de programação com uma curva de aprendizagem menor, que te permite trabalhar rapidamente, e integrar diferentes sistemas com maior eficiência. Para saber mais, acesse <https://www.python.org/downloads/>

<https://github.com/LABHDUFBA/Anais-Anpuh>.

A sequência lógica do funcionamento do script para a raspagem foi criar uma pasta para salvar os PDFs, acessar a url dos Anais da ANPUH, criar uma lista de eventos a partir da página principal, acessar as páginas específicas de cada evento e em cada item da lista buscar os papers e criar uma nova lista. Em cada item desta nova lista, encontrar as informações específicas do paper, criar uma nova lista com as informações, verificar se há pdfs disponíveis e se não é repetido e fazer o download do mesmo. Isso ocorre repetidas vezes até que o script percorra todas as páginas de todos os eventos.

Para que o script pudesse integrar as diversas etapas citadas anteriormente, foi necessário utilizar algumas bibliotecas (conjunto de funções e métodos que compõem um módulo para ser utilizado no desenvolvimento de códigos de programação) e módulos (que são um conjunto de instruções específicas descritas em um único arquivo) do Python 3, sendo eles:

- `urllib.requests`: módulo do Python para acessar urls. Saiba mais.
- `os`: módulo do Python que permite manipular funções do sistema operacional. Saiba mais.
- `bs4`: Beautiful Soup é uma biblioteca Python para extrair dados de arquivos HTML e XML.
- `re`: Regular Expressions é um módulo do Python para operar com expressões regulares.
- `pandas`: Pandas é uma biblioteca escrita em Python para manipulação e análise de dados.
- `wget`: Wget é uma biblioteca escrita em Python para realizar downloads.

Após a coleta dos dados com o programa, temos como resultado um dataset formado por trinta e quatro pastas, do primeiro SNH até o trigésimo (quatro eventos possuem pastas de resumos além dos eventos completos). Essa raspagem resultou em uma base de dados com 15.157 PDFs, que em seguida foram filtrados cronologicamente devido aos objetivos específicos da pesquisa, a partir do 27º SNH no ano de 2013. Como intuito principal está em entender como o termo pós-abolição tem sido tratado nos simpósios da ANPUH, essa seleção se justifica por esse ter sido o evento de fundação do Grupo de Trabalho Emancipações e Pós-Abolição.

Esse novo dataset filtrado cronologicamente conta com 6.434 arquivos em PDF de trabalhos completos publicados. Lembrando que número de trabalhos submetidos, aprovados e apresentados nos eventos é muito maior.

Em sequência, fizemos uma formação para utilização do programa ATLAS.ti 7 com o professor Eric Brasil e com o LABHDUFBA. O ATLAS.ti (Archive of Technology, Life word ad Language for Text Interpretation) se enquadra a categoria de programas CAQDAS (Computer Assisted Qualitative Data Analysis) para apoio a pesquisa qualitativa de dados através da leitura computadorizada de diversas fontes digitais. É um software de código fechado, com direitos exclusivos, sendo necessário licença para uso. Sua criação partiu de um projeto em 1986, do professor Heiner Legewie, na Universidade Técnica de Berlim, que objetivava construir um arquivo de dados que pudesse auxiliar nas entrevistas de uma pesquisa sobre os sobreviventes de Chernobyl. Em parceria com pesquisadores das áreas de sociologia, linguística e computação foi desenvolvida a primeira versão, que consistia em auxiliar na seleção de fragmentos de entrevistas, categorizá-los e adicionar anotações sobre tais fragmentos para análise sistemática.

Posteriormente, o software foi sendo aprimorado, culminando na diversidade de funcionalidades das versões atuais. Dentre estas funcionalidades, podemos destacar a criação de códigos (codes) que são marcadores - normalmente uma palavra ou frase que sintetiza alguma compreensão teórica - para um conjunto de trechos selecionados (quotations). Estes códigos podem possuir códigos filhos e uma família de códigos, além de outras relações entre si. Estas redes de relações (network) também são uma funcionalidade passível de utilização para construção de objetos de análise, gerando árvores de códigos. Dispõe ainda de uma função para anotações (memos), sendo possível adicioná-la a qualquer um destes elementos. (BRASIL; NASCIMENTO, 2022).

Após estarmos de posse da base de dados em formato digital, devemos criar um projeto no ATLAS.ti (que em sua versão 7 é intitulado Unidade Hermenêutica) e inseri-la no programa. Fizemos isso com todos os 6.434 PDFs selecionados. Cada item passa a ser denominado de Document ou Primary Document. Destes 6.434 Documents precisávamos selecionar quais continham o termo pós-abolição. Para isso, utilizamos a função Auto-Coding, que consiste em uma seleção automatizada de trechos (quotation ou citação) a partir de um elemento textual pré-definido manualmente. Essa função aceita a aplicação de *regular expressions*, ampliando as possibilidades de busca e precisão nos resultados. Assim, aplicamos o operador | (que significa 'ou') combinando um conjunto de expressões: pós-abolição|pos-abolição|pós-abolicionismo|pós-emancipação|pos-emancipação. Não foi necessário criar uma combinação para diferenciar caracteres maiúsculos e minúsculos pois o padrão do aplicativo é fazer a leitura do termo sem diferenciá-los, dispondo da função *Case Sensitive* para isto. Como nesse momento se tratava de uma estratégia para selecionar todos os arquivos que contivessem o termo, preferimos que todo o corpo do PDF fosse selecionado ao invés de parágrafos. Esse procedimento resultou na identificação de 183 PDFs.

Em seguida, elaboramos a árvore de códigos que refletem nossas compreensões teóricas sobre o pós-abolição. A árvore de códigos é a estrutura organizacional dos códigos, a lógica utilizada para expressar os conceitos que estes códigos representam e como eles se relacionam (BRASIL e NASCIMENTO, 2022). É possível com isso analisar a frequência desta relação e a interdependência destes elementos, consequentemente a relação entre os sentidos que eles representam, entre outras análises.

Na árvore, é possível criar diferentes famílias de códigos. As famílias tem como objetivo agrupar códigos que estão vinculados a uma mesma temática. Assim, utilizamos códigos pais, que estão no topo dessa árvore, códigos filhos e, em alguns casos, códigos netos. Ambos são a ramificação de um código pai, e representam parte de uma mesma família, podendo também manter relações com códigos de outras famílias. São eles:

- **TEMÁTICA_GERAL:** É a temática específica da publicação, qual assunto está sendo abordado. Estes são os elementos pelo qual emergiram as discussões sobre o pós-abolição, e representam as diversas agências utilizadas para a discussão do campo.
- **ANÁLISE_PÓS-ABOLIÇÃO:** Código utilizado para identificar o trecho da publicação que contém o termo e, em qual sentido ele está sendo utilizado. Representa o código central do projeto. Estes códigos foram desenvolvidos a partir de possibilida-

des de usos percebidos através da leitura da bibliografia e da identificação nos próprios papers. Identificamos os seguintes sentidos:

- **ANÁLISE_PÓS-ABOLIÇÃO::TEMA_CENTRAL:** Este código é um marcador para indicar quando a abordagem central do artigo for sobre o pós-abolição, funciona como o código pai dos códigos de análise específica de sentidos do pós-abolição, sendo utilizado juntamente com eles.
- **ANÁLISE_PÓS-ABOLIÇÃO::TEMA_INCIDENTAL:** Funciona da mesma maneira que o anterior, no entanto, quando a abordagem central do artigo NÃO tratar de pós-abolição, mas o termo for utilizado no texto de forma incidental ou tangencial.
- **ANÁLISE_PÓS-ABOLIÇÃO::TEMA_INCIDENTAL_CORPO:** Este código foi criado apenas para identificar quando o termo for utilizado incidentalmente em citações de títulos ou situações afins ao longo do corpo do texto, em oposição ao código que identifica a citação no rodapé ou na bibliografia.
- **ANÁLISE_PÓS-ABOLIÇÃO::NOTA_RODAPÉ:** quando o termo aparece na nota de rodapé através de uma atrelado aos sentidos de análise. *[não entendi essa frase]*
- **ANÁLISE_PÓS-ABOLIÇÃO::TEMA_INCIDENTAL_RODAPE_BIBLIOGRAFIA:** Este código foi criado para identificar quando o termo for citado na bibliografia ou notas de rodapés sem estar atrelado a nenhum sentido de análise
- **ANÁLISE_PÓS-ABOLIÇÃO::ASPECTO_POLÍTICO:** Identifica se há análise ou categorização dos usos políticos do termo.
- **ANÁLISE_PÓS-ABOLIÇÃO::CAMPO_DE-PESQUISA/ESTUDO:** Mostra o pós-abolição como um campo de pesquisa acadêmico.
- **ANÁLISE_PÓS-ABOLIÇÃO::CRÍTICA_DO_TERMOS:** Quando é feita uma análise crítica do termo.
- **ANÁLISE_PÓS-ABOLIÇÃO::DEFINIÇÃO_DO_TERMOS:** Quando há definição ou explicação do termo.
- **ANÁLISE_PÓS-ABOLIÇÃO::EXTINÇÃO_DO_CATIVEIRO:** Código que identifica o pós-abolição como a mudança jurídica que destitui a propriedade legal sobre o indivíduo negro fazendo um contrapondo escravidão e liberdade.
- **ANÁLISE_PÓS-ABOLIÇÃO::PERSPECTIVA_COMPARATIVA:** Quando há comparação com outros termos.
- **ANÁLISE_PÓS-ABOLIÇÃO::PERSPECTIVA_TEÓRICA:** Esse código foi criado para os trechos que contém o termo porém não o definem, utilizando-o enquanto um conjunto de elementos.

- **ELEMENTOS_TEXTUAIS**: Identifica os autores e sua formação, a instituição a qual está vinculado, o evento e o título da publicação.
- **REC_ESPACIAL** – Identifica a localização geográfica na qual a temática geral da publicação está inserida.
- **REC_TEMPORAL** – Refere-se ao tempo cronológico no qual a temática está situada. Não foi possível criar um padrão através da cronologia histórica, pois, a definição temporal para os períodos por vezes não se enquadrou no tempo percorrido pelas publicações, o que nos levou a construir o recorte por século.

Queremos destacar que os códigos foram desenvolvidos de maneira dinâmica e, embora as leituras bibliográficas tenham nos ajudado a construir o arcabouço inicial da codificação, outros elementos foram emergindo à medida que fomos analisando os papers, assim, para que pudessemos construir um conjunto de códigos coeso foi necessário que fizéssemos a leitura próxima e a análise de todas as 185 publicações, o que mostra a importância de uma combinação de leitura computadorizada (raspagem, filtragem + auto-coding) associada a análise qualitativa humana a partir da leitura para compreensão do contexto, dada a subjetividade da linguagem. Embora julguemos importante a incorporação do Processamento de Linguagem Natural (NLP) à pesquisa qualitativa, método ainda distante da realidade historiográfica brasileira, compreendemos ser um processo complexo que envolve conhecimento e específicos e maior criticidade, os quais ainda não dispomos nesse momento.

Ao finalizar a codificação, geramos arquivos do tipo csv (*Comma-separated value*), formato escolhido devido a portabilidade entre diversos sistemas e plataformas, que consistem em um arquivo com ordenação própria que usa vírgulas como separador (KARSDORP, Folgert; KESTEMONT, Mike; RIDDELL, Allen. *Humanities data analysis: case studies with Python*. Princeton: Princeton University Press, 2021. p.36). Os quais foram utilizados como um dataset para a base de dados dos gráficos que foram gerados pelo professor Eric Brasil com o pandas, que é uma biblioteca de código aberto, utilizada em IDE's de linguagem python para análise de dados, onde são convertidos e dispostos em formas tabulares, constituindo um *dataframe* (assemelha-se a uma tabela). Estes gráficos compõem parte dos anexos que ilustram a monografia.

Todos os dados e informações da pesquisa encontram-se no Github. O GitHub é uma plataforma gratuita e de código aberto, de repositório ilimitado, com um *workflow* próprio, que te permite trabalhar de forma colaborativa, gerando transparência tanto na apresentação dos resultados como no processo de desenvolvimento da pesquisa, permite manter os dados para acesso futuro desde a primeira inserção, com acompanhamento das modificações, além de possuir diversas funcionalidades para gerenciamento de projetos como as mensagens de *commit* que permitem documentar a pesquisa, o *readme.md* que permite uma visualização (apresentação) inicial da pesquisa e criação de planos de trabalhos específicos que podem ser automatizados conforme as tarefas (*issues*) forem sendo modificadas. Como o GIT é um controlador de versões distribuído, possibilitando trabalhar por branches (ramificações com snapshot de todo o repositório em um dado momento que são armazenados localmente), confere maior agilidade e segurança para o fluxo de trabalho e para o backup de dados, além de

permitir a recuperação de qualquer versão. Embora seja uma ferramenta que foi inicialmente desenvolvida para ser utilizada por programadores e demande uma curva de aprendizagem maior, é uma alternativa altamente eficiente para o armazenamento, controle e gerenciamento de projetos das diversas áreas.

Os dados referente ao projeto “Pós-abolição: usos, sentidos e produções acadêmicas 2004-2019”, analisados aqui, podem ser acessados no GitHub na página do projeto PIBIC em: https://github.com/ericbrasiln/pibic_2020-2021/tree/main/EDITAL_UNILAB e os gráficos interativos e outros recursos pode ser visto aqui: https://ericbrasiln.github.io/pibic_2020-2021/pos-abolicao/

Optamos por tornar os dados dessa monografia públicos por acreditarmos na importância do desenvolvimento de pesquisas em diálogo com a ciência aberta como um dos caminhos para tornar o desenvolvimento epistêmico menos generalista e autoritário. O acesso aos dados da pesquisa colaboram para diminuir a possibilidade de conclusões históricas generalizadas que apontam mais para as intenções políticas do historiador do que para análise das fontes em si, além de diminuir o privilégio do acesso as mesmas (CARDOSO et al., 2021).

Assim, todo o processo de escrita da monografia foi registrado e comentado utilizando sistema de controle de versões com Git e hospedado no repositório remoto no GitHub, que pode ser acessado aqui: <https://github.com/priscilavalverdes/TCC-Pos-abolicao>. O histórico com todas as alterações podem ser recuperadas.

Embora entendamos que uma análise detalhada dos dados seja um procedimento que demanda um tempo maior, faremos no capítulo a seguir a apresentação dos dados quantitativos e uma breve análise qualitativa com maior atenção ao uso do termo pós-abolição.

3 Quais caminhos o pós-abolição tem percorrido? Uma breve apresentação dos dados.

A codificação no Atlas.ti 7 resultou na árvore de códigos composta por cinco famílias: “ANÁLISE_PÓS_ABOLIÇÃO”, “ELEMENTOS_TEXTUAIS”, “REC_ESPACIAL”, “REC_TEMPORAL”, “TEMÁTICA_GERAL”, detalhadas no capítulo anterior. Esse conjunto de códigos representam os elementos que sintetizam nossas compreensões teóricas sobre o pós-abolição e alguns elementos como o perfil dos autores e instituições que julgamos interessante identificar, pois acreditamos que em análises futuras estas informações sejam relevantes em certa medida para identificar afinidades de pesquisa sobre o campo ou, até mesmo uma análise política da produção epistemológica sobre ele.

Identificamos com eles um total de 173 autores, 53 instituições de ensino, 97 temáticas, 5 períodos (recortes temporais), 96 espaços geográficos (recortes espaciais) e 373 ocorrências da utilização do termo pós-abolição. Buscamos com isto, construir caminhos para a reflexão sobre como este campo historiográfico vem se consolidando nos simpósios da ANPUH e, consequentemente na historiografia nacional além de construir perguntas sobre quais caminhos os autores tem percorrido para tal diálogo.

Como já mencionado, no primeiro dataset filtrado a partir de 2013, resultaram 6.434 publicações completas, no dataset final, após o recorte ser feito pelo termo, conforme especificado na metodologia, foram identificados 185 papers, o que representa do total 2.8% das publicações entre 2013 e 2019 no Simpósio Nacional da ANPUH. Destas 185 publicações, 7 papers estavam duplicados e 1 vazio, resultando em 177 papers a serem analisados.

A primeira informação que buscamos identificar foi se o paper estava tratando sobre o pós-abolição enquanto tema central ou se o termo havia sido mencionado de maneira incidental. Para isso, criamos alguns critérios de identificação: a) Se o termo estava sendo utilizado no título da publicação; b) Se o autor expressava no texto que a partir daquele elemento apresentado ele buscava discutir sobre o pós-abolição mesmo o termo não sendo apresentado no título do paper e c) Se o texto estava discutindo especificamente sobre o pós-abolição. Não havendo enquadramento do paper em ao menos um dos critérios anteriores, este foi codificado como tema incidental.

3.1 Dados quantitativos

1. Eventos:

Os eventos representam os simpósios da ANPUH.

- Evento XXVII – Conhecimento Histórico e Diálogo Social (2013)
- Evento XXVIII – Lugares dos Historiadores: Velhos e Novos Desafios (2015)
- Evento XXIX – Contra os preconceitos - História e Democracia (2017)
- Evento XXX – História e o Futuro da Educação no Brasil (2019)

Referente ao evento XXVII, identificamos 60 papers com o termo; para o Evento XXVIII, 35; no Evento XXIX constavam 34; e, no Evento XXX, 46. Sobre a ocorrência do uso de termos sobre os eventos, não conseguimos identificar uma tendência.

2. Instituições e autores:

Para caracterizar o perfil dos autores e instituições, nós criamos os códigos ELEMENTOS_TEXTUAIS::FORMAÇÃO, ELEMENTOS_TEXTUAIS::INSTITUIÇÃO e ELEMENTOS_TEXTUAIS::AUTORIA. Ambos são códigos filhos do código ELEMENTOS_TEXTUAIS. Identificamos um total de 173 autores, nos papers que tinha o pós-abolição como tema central, encontramos referente a formação: 2 graduandos, 2 graduados, 20 mestrands, 11 mestre, 36 doutorandos, 14 doutores, 3 pós-doutorandos, 2 pós-doutores, nenhum especialista e 4 autores não tiveram formação identificada. Nos de tema incidental, verificamos: 1 graduando, 6 graduados, 24 mestrands, 15 mestres, 28 doutorandos, 14 doutores, 2 pós-doutorandos, 1 especialista, nenhum pós-doutor e 3 autores não tiveram a formação identificada. Previsão de 3% de margem de erro devido às publicações repetidas. Ver gráfico 1. Gráfico interativo disponível em: https://ericbrasiln.github.io/pibic_2020-2021/pos-abolicao/graphs/formacao.html.

Das 53 instituições, referente aos papers identificados como tema central, encontramos o seguinte quantitativo: IFBA(1), UEFS(1), PUC/RIO(1), UDESC(1), UERJ (2), UESC(1), UEMG(1), UFF(12), UFBA (2), UFPB(2), UFAM(1), UFRJ(3), UFRGS(4), UFRRJ(5), UFS(3), UFSC(3), UFSCAR(1), UFSJ(1), UNEB(3), UNEMAT(1), UNESP(1), USP(2), UNIRIO(2), UNIFESP(3), UNICAMP(4), UNIRIO(1), UNIVAP(1), UNISANTOS(1), UNISINOS(1). Nos identificados como tema incidental encontramos: IFPE(1), IFBA(1), IFAL(1), NYU(1), PUC/RIO(3), PUC/SP(3), UDESC(2), UEL(1), UECE(1), UERJ(3), UEM(1), UFAC(1), UEPG(1), UFAM(1), UFERSA(1), UFBA(3), UFF(7), UFBPR(1), UFES(1), UFRJ(1), UFJF(4), UFPE(6), UFMS(1), UFPA(1), UFGD(2), UFMT(1), UFPE(6), UFRJ(3), UFPA(1), UFRPE(3), UFRGS(2), UFPEL(1), UFPR(2), UNEB(6), UFSC(3), (4) UFRRJ, UNEAL(1), UFSJ(1), USP(4), UNIRIO(3), UNICAMP(2), UNILAB(1), UNISINOS(1), UNITAU(3), UNESP(1), USS(1). Ver gráfico 2. Gráfico interativo disponível em: https://ericbrasiln.github.io/pibic_2020-2021/pos-abolicao/graphs/instituicoes.html.

3. Recorte temporal:

Inicialmente prevemos fazer o recorte temporal conforme os tempos históricos, no entanto, ao percebermos que os papers muitas vezes tratavam de um tempo que não se enquadrava no tempo cronológico do tempo histórico, julgamos fazer o recorte temporal por séculos. Assim, criamos códigos para os séculos, XVII(1), XVIII(1), XIX(95), XX(106), XXI(30). Sendo que os papers de tema central trataram sobre os séculos XIX(46), XX(59), XXI(2) e os de tema incidental trataram sobre os séculos XVII(1), XVIII(1), XIX(48), XX(46), XXI(29). Ver gráfico 3. Versão interativa disponível em: https://ericbrasiln.github.io/pibic_2020-2021/pos-abolicao/graphs/bar_tem.html.

4. Recorte espacial:

Os dez principais espaços identificados pela análise entre as publicações de tema central e incidental são: Brasil(33), Rio de Janeiro(19), Estado do Rio de Janeiro(20), Bahia(20), São Paulo(8), Estado de São Paulo(14), Santa Catarina(9), Minas Gerais(11), Rio Grande do Sul(8), Sergipe(3). Ver gráfico 4. Gráfico interativo disponível em: https://ericbrasiln.github.io/pibic_2020-2021/pos-abolicao/graphs/bar_esp_10.html.

Nos papers de tema central identificamos o seguinte quantitativo: Brasil(7), Rio de Janeiro(13), Estado do Rio de Janeiro(10), Bahia(9), São Paulo(4), Estado de São Paulo(8), Santa Catarina(5), Minas Gerais(5), Rio Grande do Sul(4), Sergipe(3). Ver gráfico 5. Gráfico interativo disponível em: https://ericbrasiln.github.io/pibic_2020-2021/pos-abolicao/graphs/bar_tema_10_central.html.

Para os de tema incidental, identificamos: Brasil(26), Rio de Janeiro(6), Estado do Rio de Janeiro(10), Bahia(11), São Paulo(4), Estado de São Paulo(6), Pernambuco(5), Santa Catarina(4), Minas Gerais(6) e Rio Grande do Sul(4). Ver Gráfico 6. Versão interativa disponível em: https://ericbrasiln.github.io/pibic_2020-2021/pos-abolicao/graphs/bar_esp_10_incidental.html.

reajustar conforme novo gráfico com dataset limpo

5. Recorte Temático:

Analisados em conjunto, os papers de tema central e incidental apresentam dez temáticas mais relevantes, sendo: trabalho(30), memória(29), raça(17), trajetória masculina(15), associativismo(14), identidade(14), performances culturais(12), intelectualidade(11), racialização(9), e família(7). Ver gráfico 7. Versão interativa disponível em: https://ericbrasiln.github.io/pibic_2020-2021/pos-abolicao/graphs/bar_tema_10.html.

As dez temáticas das publicações de tema central são: trabalho(16), memória(12), trajetória masculina(10), associativismo(9), raça(8), performances culturais(7), racialização(6), identidade(5), intelectualidade(5) e família(4). Ver gráfico 8. Versão interativa disponível em: https://ericbrasiln.github.io/pibic_2020-2021/pos-abolicao/graphs/bar_tema_10_central.html.

As dez temáticas das publicações de tema incidental são: Educação(20), memória(17), Trabalho (14), Lei 10639/11645(12), Identidade (9), Raça(9), Ensino de História(9), Quilombos(7), intelectualidade(6), Periódicos(6). Gráfico 9. Versão interativa disponível em: https://ericbrasiln.github.io/pibic_2020-2021/pos-abolicao/graphs/bar_tema_10_incidental.html

6. Pós-abolição:

Nestes 175 papers, o termo foi mencionado 373 vezes, sendo 249 identificados nas publicações no qual o pós-abolição representa o tema central (ANÁLISE_PÓS-ABOLIÇÃO::TEMA_CENTRAL) e 124 vezes em que representa o tema incidental (ANÁLISE_PÓS-ABOLIÇÃO::TEMA_INCIDENTAL). Para dar mais especificidade a análise, criamos ainda os códigos ANÁLISE_PÓS-ABOLIÇÃO::TEMA_INCIDENTAL_CORPO e ANÁLISE_PÓS-ABOLIÇÃO::TEMA_INCIDENTAL_RODAPE_BIBLIOGRAFIA para identificação em caso de menção do termo incidentalmente, como nas notas bibliográficas, em títulos de publicações, leis, etc. E ainda, a etiqueta ANÁLISE_PÓS-ABOLIÇÃO::NOTA_RODAPÉ, para especificar a utilização do termo em notas explicativas de rodapé. Como se tratava de contabilizar a incidência dos termos, esta divisão fez-se necessária para dar suporte às reflexões sobre o quantitativo de publicações com ocorrência do termo principalmente nas identificadas como tema incidental.

Para a definição da árvore de código da família ANÁLISE_PÓS_ABOLIÇÃO, que constitui a análise central, buscamos sistematizar possíveis usos do termo conforme as discussões próprias do campo. Assim, criamos códigos que pudessem identificar o termo sendo utilizado com sentido: político, comparativo, campo de pesquisa, crítica do termo, definição do termo, extinção do cativo, perspectiva comparativa e perspectiva teórica. Ver gráfico 10. Gráfico interativo disponível em: https://ericbrasiln.github.io/pibic_2020-2021/pos-abolicao/graphs/bar_analise.html .

Para os papers identificados como tema central, a análise resultou em 249 citações com sentido teórico (PERSPECTIVA_TEÓRICA), 7 como definição do termo (DEFINIÇÃO_DO_TERMOS), 7 como extinção do cativo (EXTINÇÃO_DO_CATIVO) e 5 como (CAMPO_DE_PESQUISA_ESTUDO); não sendo utilizado como aspecto político (ASPECTO_POLÍTICO), crítica do termo (CRÍTICA_DO_TERMOS), nem perspectiva comparativa (PERSPECTIVA_COMPARATIVA). Dentre as citações, 11 ocorrências estavam na nota de rodapé. Ver gráfico 11. Gráfico interativo disponível em: https://ericbrasiln.github.io/pibic_2020-2021/pos-abolicao/graphs/bar_analise_central.html .

Nos identificados como tema incidental, encontramos 116 citações com sentido teórico (PERSPECTIVA_TEÓRICA), 2 como extinção do cativo (EXTINÇÃO_DO_CATIVO), 1 (CAMPO_DE_PESQUISA_ESTUDO) e 1 como perspectiva comparativa (PERSPECTIVA_COMPARATIVA); não sendo utilizado como aspecto político (ASPECTO_POLÍTICO), definição do termo (DEFINIÇÃO_DO_TERMOS), nem como crítica do termo (CRÍTICA_DO_TERMOS). Dentre as citações, 04 ocorrências estavam na nota de rodapé. As demais foram identificadas na bibliografia ou de maneira incidental no corpo, como em títulos de publicações, etc. Ver gráfico 12. Disponível para acesso interativo em: https://ericbrasiln.github.io/pibic_2020-2021/pos-abolicao/graphs/bar_analise_incidental.html .

3.2 Breve análise de alguns dados

Diante da variedade de formas de identificação territorial que compõem a geografia brasileira, foi difícil caracterizar o recorte espacial a partir da descrição dos papers, pois, algumas publicações descreviam o território como um conjunto de estados ou regiões. Sobre o **recorte espacial**, buscamos identificar quais espaços geográficos serviram como cenário para apresentar o conjunto de ações e atores que se desenrolam nos papers. Perceber estes cenários poderá nos indicar futuramente em que medida as temáticas tratadas no pós-abolição tendem a ser relacionar com o à concentração da população egressa do cativo própria daquele espaço geográfico ou em decorrência de processos migratórios após a abolição. Além disso, pode indicar certa relevância para perceber o envolvimento histórico da região com o período e de que maneira isto poderá impactar a pesquisa histórica regional e relação dela com a historiografia nacional, sobretudo refletindo sobre a disponibilidade de fontes na localidade.

Com os dados inicialmente podemos perceber que aos três primeiros Estados ranqueados no gráfico, se tratavam de localidades com importante concentração de população negra escravizada (Rio e Bahia) ou de intenso processo migratório durante o período colonial e dos anos iniciais da República (São Paulo). Contudo, não há dados no momento para confirmar essa

ligação, porém, podemos perceber como estas regiões se destacaram quantitativamente.

Sobre o **recorte temporal**, a maioria das publicações tratavam sobre os séculos XX(46%), XIX(40%) , e o século XXI (cerca de 12%) - que embora seja uma diferença razoável em relação aos anteriores, ainda assim é um valor expressivo. Esse resultado, analisado no primeiro momento confirma o que supõem Petrônio Domingues e Flávio Gomes de que boa parte dos historiadores que discutem o pós-abolição no Brasil, apontam para um período difícil de ser enquadrado em um tempo histórico definido por datas fixas, possivelmente iniciado na década de oitenta do século XIX, indo até o período de redemocratização no século XX, constituído por agentes e espaços variados(Domingues e Gomes, 2011). Porém, gostaríamos de colocar algumas ressalvas do que uma análise mais detalhada poderia indicar: precisaríamos nos certificar sobre quais décadas do século XIX os autores dos papers estão tratando, pois, poderiam resvalar em períodos anteriores, o que levaria a pensar o campo a partir de um contexto mais amplo, como um período que refere-se às emancipações não necessariamente à abolição da escravidão, principalmente pela quantidade de alforrias existentes no Brasil na data da abolição, tanto por Leis como a do Ventre Livre(1871), quanto por estratégias pessoais de liberdade anteriores a década de 1880.

Poderíamos refletir também, se o pós-abolição é um período finalizado com a redemocratização no Brasil na década de 1980, ou se ainda são percebidas continuidades, mas não podemos fazer afirmações pelas mesmas razões anteriores. No entanto, a incidência do termo no século XXI, embora apareça na maioria das vezes nas publicações com tema incidental (29), e sejam relacionadas à políticas públicas voltadas para as populações afro-brasileiras, boa parte, com referência a Lei 10.639/2003(12), podem denunciar a existência de lacunas que não foram sanadas pelo processo de abolição, mesmo no âmbito de educacional, o que a implementação da própria Lei denuncia, apontando a abolição como um projeto inacabado.

Relacionado às **temáticas**, observamos que as três principais referem-se a “trabalho”, “memória” e “trajetória masculina”. A temática “trabalho” justifica-se pelo campo do mundo do trabalho ser um dos que mais se discute no período republicano devido as mudanças relacionadas ao processo de produção que eclode no século XX. Com o fim da escravidão e os debates sobre o trabalho, direitos e cidadania, as questões sobre inserção do negro do mercado de trabalho e na sociedade republicana fazem-se de extrema relevância para estudar o pós-abolição e os projetos de nação. Embora, enquanto campo historiográfico, “até a década de 1990, aproximadamente, apenas a marginalização dos libertos no mercado de trabalho pós-emancipação era enfatizada nas análises historiográficas.”(RIOS; MATTOS, 2004). Recentemente artigos como de Álvaro Nascimento vem apontando a existência de um campo vasto de pesquisa para refletir sobre os negros no mercado de trabalho nesse período.

A “temática memória” apareceu como a segunda mais evidente nos papers. Podemos refletir sobre a mudança do processo de escrita da história. Por muito tempo, a historiografia nacional esteve pautada em apresentar o pós-abolição a partir de um projeto de nação, da ótica da elite (RIOS; MATTOS, 2004). Tratar sobre memória, entendemos ser o que permite aos descendentes dos egressos do cativeiro estar inseridos na construção da historiografia nacional, dado os projetos educacionais falidos da elite que marcou a primeira república, recorrer a memória de uma população analfabeta ou “semi-alfabetizada” é a maneira de reconstruir a história vista por uma outra vertente.

A temática “trajetória masculina”, é uma tendência de escrita que segue as concepções da Micro-História de Carlo Ginzburg e Giovanni Levi. Devido a interesses futuros de pesquisa relacionadas à questões de gênero, preferimos fragmentar a etiqueta “trajetória” em “trajetória masculina (15)”, “trajetória feminina(0)” e “trajetórias” e gostaríamos desde já de apontar que embora as trajetórias coletivas apontem em certa medida o papel feminino, no âmbito das trajetórias individuais nenhuma foi identificada, o que confere um dado relevante a ser analisado posteriormente. O que não nos impediu de refletir sobre o estudo das trajetórias negras no pós-abolição serem uma maneira de humanizar o negro que sofreu o empenho de desumanização e coisificação tanto pelo processo de escravização quanto por parte da historiografia e, restituiu-lhe seu espaço agente ativo no processo histórico.

Em relação à análise do pós-abolição, tanto nos papers onde o pós-abolição era a temática central quanto incidental, encontramos ocorrências, embora com menor incidência que tratavam o pós-abolição como o fim do trabalho escravo, sob a forma de extinção do cativo e enquanto um campo de pesquisa e de estudos historiográfico. Apenas os papers de tema central definiram o termo, enquanto apenas encontramos ocorrência de perspectiva comparativa em temática incidental. Em ambos não identificamos ocorrência da utilização do termo com aspecto explicitamente político, embora algumas temáticas tratassem de elementos que representam elementos políticos para uma determinada população no pós-abolição. Não identificamos o uso a partir de uma crítica.

Observamos, contudo, que uma maioria significativa de citações trata o pós-abolição enquanto uma perspectiva teórica, tanto nas publicações de tema central quanto nas de tema incidental, embora tenha existido uma significativa diferença na quantidade de ocorrências, o que era esperado pois, as publicações de temática incidental não objetivavam tratar sobre o termo. Entendemos essa perspectiva teórica como um código que reuniu papers em que o pós-abolição servia como enquadramento da pesquisa. Esse foi o caso de XX% das ocorrências.

Embora tenha existido diferenças quantitativas em relação a utilização do termo, a análise qualitativa apontou convergência no uso do sentido do termo nas publicações. Ver gráfico 13. Gráfico interativo disponível em: https://ericbrasiln.github.io/pibic_2020-2021/pos-abolicao/graphs/bar_analise.html.

Essa análise indica que o campo, embora esteja consolidado, carece de discussões metodológicas e conceituais mais explícitas. Os usos do termo nos papers da anpuh nos levam a avaliar que, apesar de sua importância, existe pouca precisão em sua definição e pouco cuidado teórico reflexivo por parte de autores e autoras na explicitação do seu entendimento sobre os sentidos epistemológicos do uso do pós-abolição em suas publicações.

Considerações finais

Sobre a caracterização das publicações, percebemos maior incidência de autores que eram mestrandos e doutorandos do que mestres, ou doutores. Observamos com isso que o termo tem sido muito usado por acadêmicos em formação: mestrandos e doutorandos, o que pode ser um indicativo de que o termo terá ainda muita produção nos próximos anos. Identificamos 53 instituições de Ensino Superior, mais de 95% delas são públicas. Esses dados, sobretudo no atual governo, que tem tentando devastar o ensino público, principalmente no que tange as disciplinas relacionadas às áreas de Humanidades, é um indicador da importância de financiamento por parte do Estado à políticas de desenvolvimento educacional gratuito para garantir educação de qualidade e possibilitar a manutenção da produção historiográfica nacional.

Como já mencionado, a variedade das temáticas expressam as diversas possibilidades de caminho para estudar o pós-abolição, que embora esteja em ascensão, ainda deixam um campo vasto de estudo em aberto, como nos alertou Hebe Matos e Ana Lugão Rios há quase duas décadas. Percebemos a preferência dos autores por elementos e metodologias suscitadas pela História Social e pela Micro-História, sobretudo quando analisamos o quantitativo de trajetórias.

Na análise do conjunto dos dados, diante de observarmos a diversidade de temáticas e percebermos que a maior parte delas não está preocupada em indicar uma narrativa única, mas de apontar atores e ações dos diversos “brasis” que por muito tempo esteve fora da historiografia nacional, e da baixa incidência de utilização do termo do pós-abolição com um sentido específico, sendo apresentado na maior parte enquanto uma perspectiva teórica ampla, concluímos que os estudos recentes sobre o pós-abolição tendem a indicar um campo de fala das margens, o que é de extrema importância e representa uma consciência crítica em uma sociedade racializada como o Brasil, mas que ainda carece de um debate metodológico mais aprofundado.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, W. R. DE. O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALVES, D. As Humanidades Digitais como uma comunidade de práticas dentro do formalismo acadêmico: dos exemplos internacionais ao caso português. *Ler História*, n. 69, p. 91–103, 30 dez. 2016.

ALVES, P. C.; NASCIMENTO, L. F. (EDS.). *Novas fronteiras metodológicas nas ciências sociais*. Salvador: EDUFBA, 2018.

BLOCH, M. *Apologia da história: Ou o ofício do historiador*. 1ª edição ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

BRASIL, E. CARNAVAIS ATLÂNTICOS: CIDADANIA E CULTURA NEGRA NO PÓS-ABOLIÇÃO. RIO DE JANEIRO E PORT-OF-SPAIN, TRINIDAD (1838-1920). p. 72–75, 2011.

BRASIL, E. *Carnavais Atlânticos: Cidadania e Cultura Negra no pós-abolição do Rio de Janeiro, Brasil e Porto de Espanha, Trinidad (1838-1920)*. Doutorado—Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2016.

BRASIL, E.; NASCIMENTO, L. F. HISTÓRIA DIGITAL: REFLEXÕES A PARTIR DA HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA E DO USO DE CAQDAS NA REELABORAÇÃO DA PESQUISA HISTÓRICA. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), v. 33, n. 69, p. 196–219, abr. 2020.

BRASIL, Eric; ANDRADE, Gabriel; NASCIMENTO, Leonardo F. Script Anais-Anpuh. Disponível em: <http://rgdoi.net/10.13140/RG.2.2.34653.03048>. Acesso em: 18 jun. 2022. DOI: 10.13140/RG.2.2.34653.03048

BRASIL, Eric; NASCIMENTO, Leonardo. Por uma história social digital: o uso de CAQDAS na pesquisa e escrita da História. In: Barros, José D’Assunção (org.) *História Digital: a historiografia diante dos recursos e demandas de um novo tempo*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2022.

CARDOSO, O. P. et al. Comparação de megadados das duas revistas da Anpuh ou Introdução à ciência aberta para historiadores. *Revista História Hoje*, v. 10, n. 21, p. 134–155, 2021.

CHALHOUB, S. *Visões da liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. [s.l.] Editora Companhia das Letras, 2011.

CRYMBLE, A. *Technology and the Historian: Transformations in the Digital Age*. Urbana: University of Illinois Press, 2021.

FALCON, F. J. C. Memória e história: a fundação da Anpuh. *SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA–ANPUH*, XXVI, p. 1–18, 2011.

FORTES, A.; ALVIM, L. G. M. Evidências, códigos e classificações: o ofício do historiador e o mundo digital. *Esboços: histórias em contextos globais*, v. 27, n. 45, p. 207–227, 19 jun. 2020.

GOMES, F.; DOMINGUES, P. *POLÍTICAS DA RAÇA: Experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2014.

GOMES, F. DOS S.; DOMINGUES, P. *Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)*. São Paulo, SP: Selo Negro Edições, 2011.

JENSEN, H. S. Digital Archival Literacy for (all) Historians. *Media History*, v. 0, n. 0, p. 1–15, 10 jun. 2020.

KARSDORP, Folger; KESTEMONT, Mike; RIDDELL, Allen. *Humanities data analysis: case studies with Python*. Princeton: Princeton University Press, 2021.

LUCCHESI, A. *Digital history e Storiografia digitale: estudo comparado sobre a escrita da história no tempo presente (2001-2011)*. Mestrado—Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.

LUCCHESI, A.; SILVEIRA, P. T. DA; NICODEMO, T. L. Nunca fomos tão úteis. *Esboços: histórias em contextos globais*, v. 27, n. 45, p. 161–169, 19 jun. 2020.

Manifesto de Fundação. GT Nacional Emancipações e Pós-Abolição, 4 fev. 2014. Disponível em: <https://emancipacoesposabolicao.wordpress.com/manifesto-de-fundacao/>. Acesso em: 23 out. 2021

NASCIMENTO, Á. P. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)*, v. 29, n. 59, p. 607–626, dez. 2016.

NASCIMENTO, L. Combinando webscraping em R e ATLAS.ti na pesquisa em ciências sociais: as possibilidades e desafios da sociologia digital.

REIS, J. J.; SILVA, E. *Negociação e conflito*. Em: *Negociação e conflito*. 1ª edição ed. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 1989. p. 7–31.

RIOS, A. M.; MATTOS, H. M. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *Topoi (Rio de Janeiro)*, v. 5, p. 170–198, 2004.

ROCHA, F. D. Entre embates e contendias: um balanço historiográfico sobre a cidadania no pós-Abolição. *Revista Latino-Americana de História*, v. 2, n. 9, p. 50–74, 2013.

ROMEIN, C. Annemieke; KEMMAN, Max; BIRKHOLZ, Julie M.; et al. State of the Field: Digital History. *History*, v. 105, n. 365, p. 291–312, 2020.

SALGANIK, M. J. *Bit by bit: social research in the digital age*. Princeton: Princeton University Press, 2018.

SILVA, F. O. DA. *As lutas políticas nos clubes negros: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguai no pós-abolição (1870-1960)*. Doutorado—Porto Alegre: UFRGS, 2017.

SILVA, E. G.; ANDRETTA, P. I. S.; RAMOS, R. C. Novas práticas na gestão de informação bibliográfica: estudo sobre a capacidade de gestores de referências no cotidiano dos estudantes, pesquisadores e bibliotecários *New practices in the management of bibliographic information ...* *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina*, v. 16, n. 2, p. 419–445, 2011.

TELLES, H. V. *HISTÓRIA DIGITAL, SOCIOLOGIA DIGITAL E HUMANIDADES DIGITAIS: Algumas questões metodológicas*. *Revista Observatório*, v. 3, n. 5, p. 74–101, 1 ago.

2017.

A Gráficos

A.1 Gráfico 1

Usos do termo pós-abolição nos papers da ANPUH: Formação dos(as) autores(as)

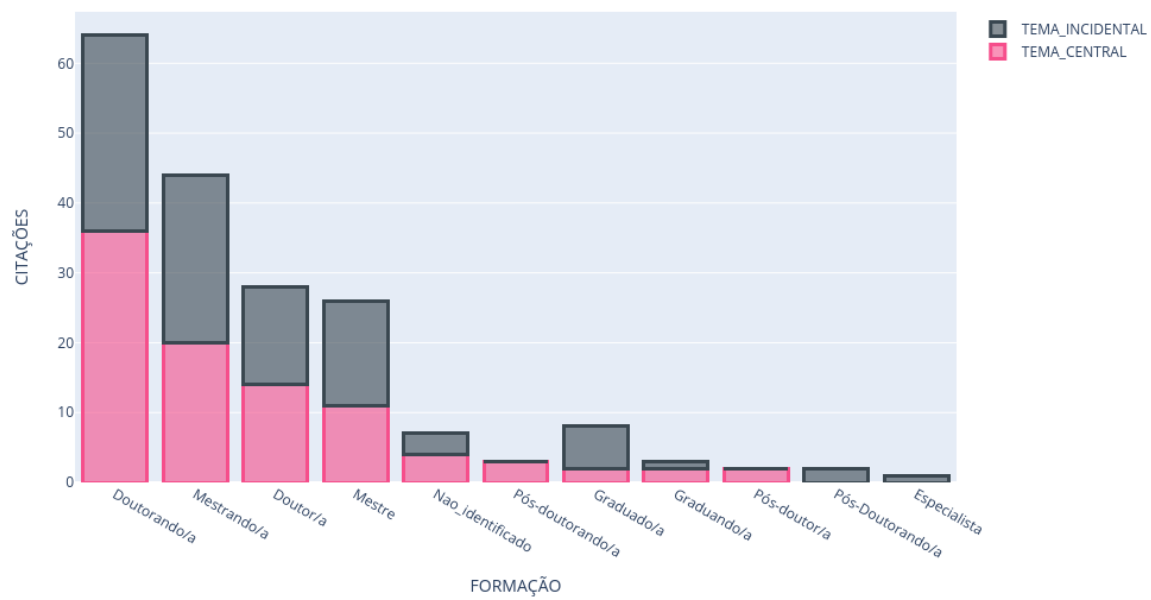


Figura A.1: g1

Usos do termo pós-abolição nos papers da ANPUH: Instituições dos(as) autores(as)

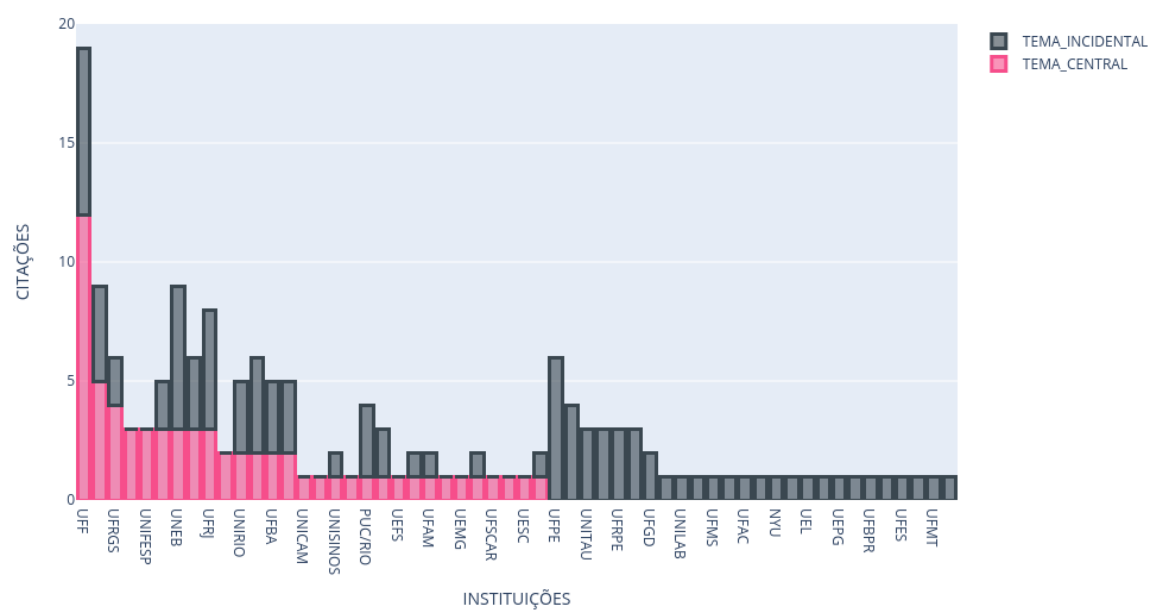


Figura A.2: g2

Usos do termo pós-abolição nos papers da ANPUH: Recorte Temporal

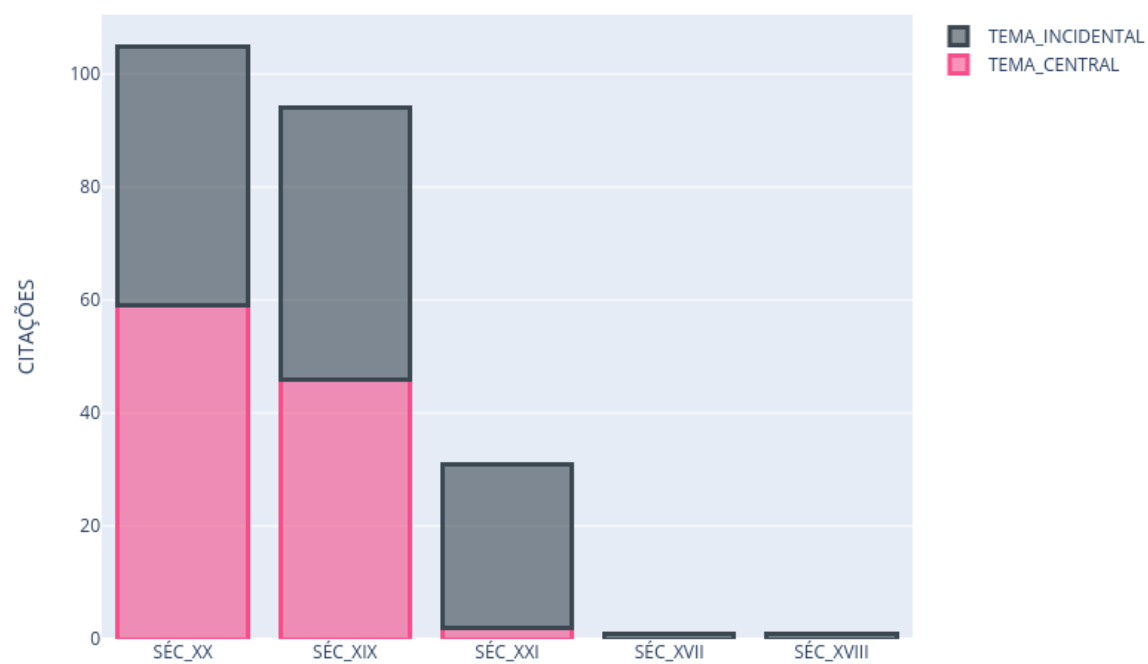


Figura A.3: g3

Usos do termo pós-abolição nos papers da ANPUH: Recorte Espacial - 10 mais frequentes

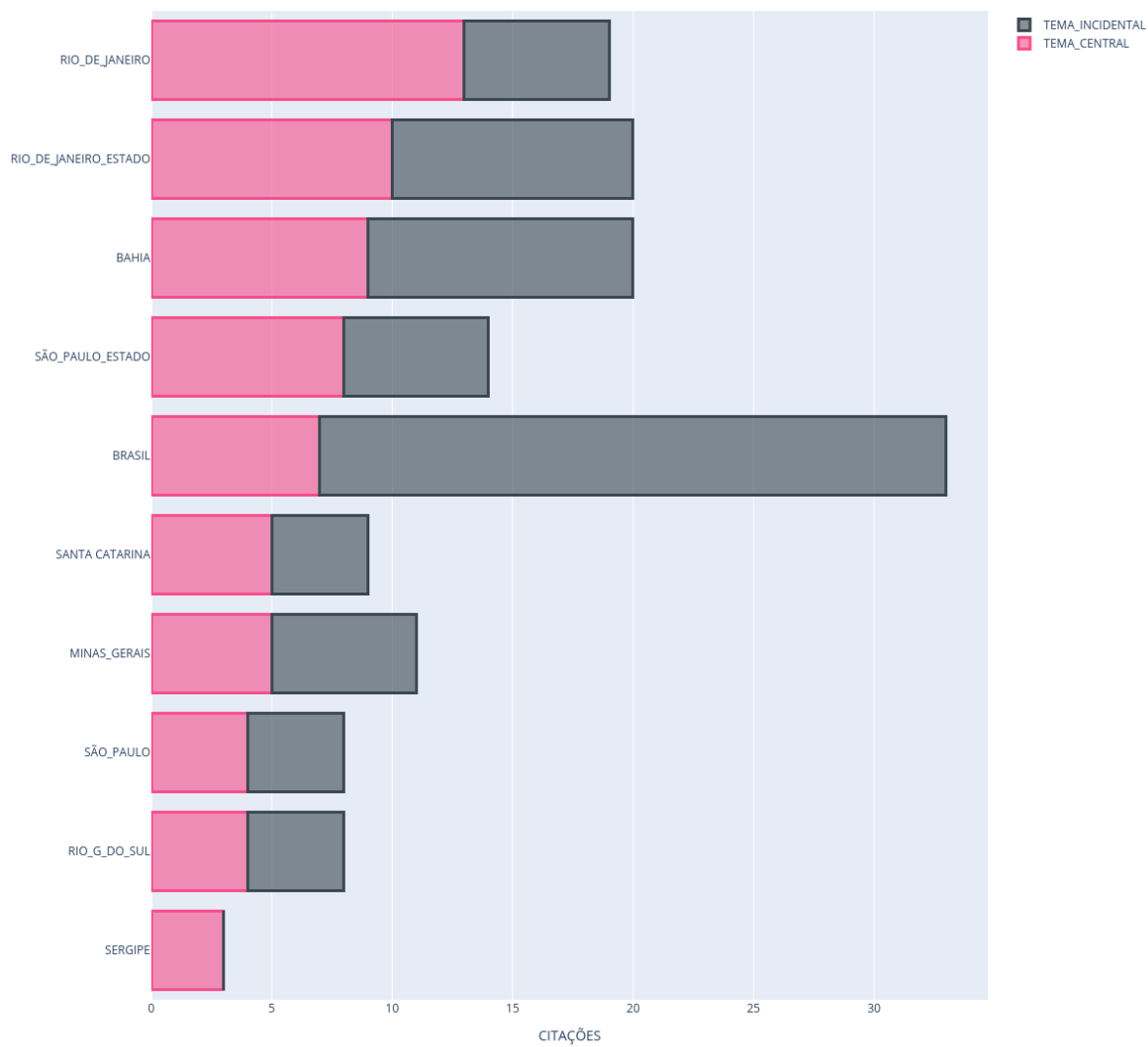


Figura A.4: g4

Usos do termo pós-abolição nos papers da ANPUH: Recorte Espacial - 10 mais frequentes

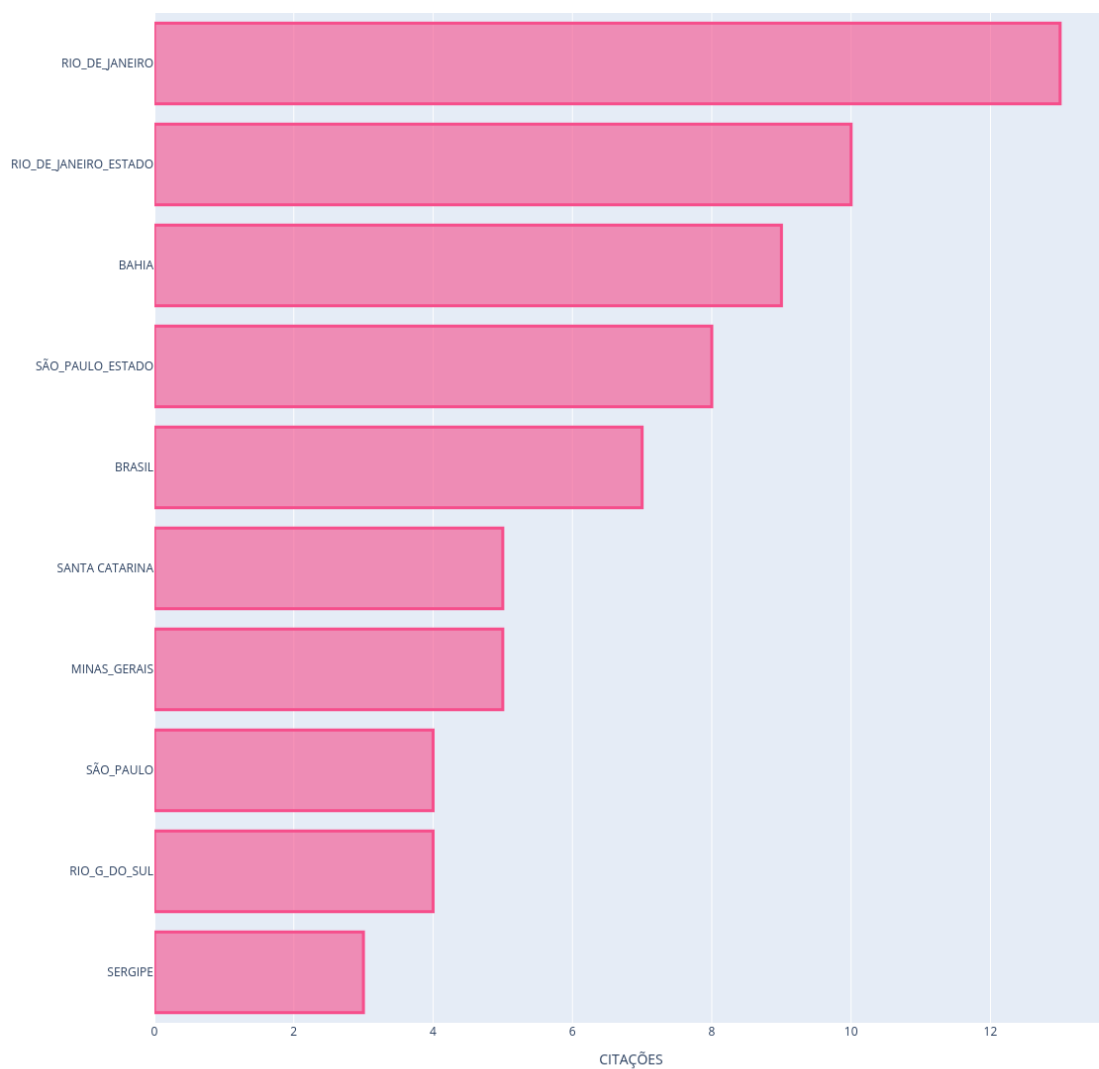


Figura A.5: g5

A.2 Gráfico 2

A.3 Gráfico 3

A.4 Gráfico 4

A.5 Gráfico 5

A.6 Gráfico 6

A.7 Gráfico 7

A.8 Gráfico 8

A.9 Gráfico 9

A.10 Gráfico 10

A.11 Gráfico 11

A.12 Gráfico 12

Usos do termo pós-abolição nos papers da ANPUH: Recorte Espacial - 10 mais frequentes

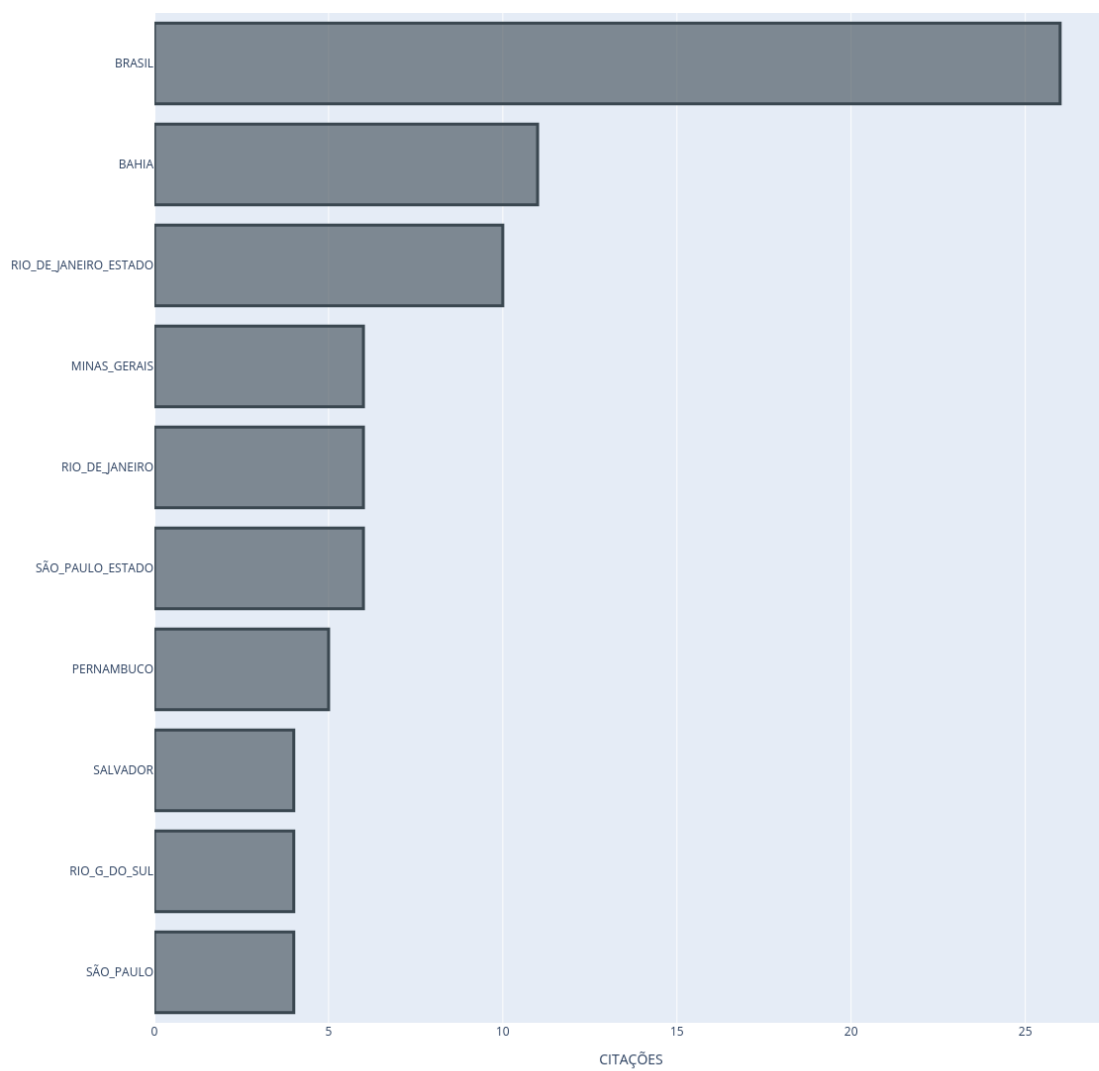


Figura A.6: g6

Usos do termo pós-abolição nos papers da ANPUH: Temática Geral - 10 mais frequentes

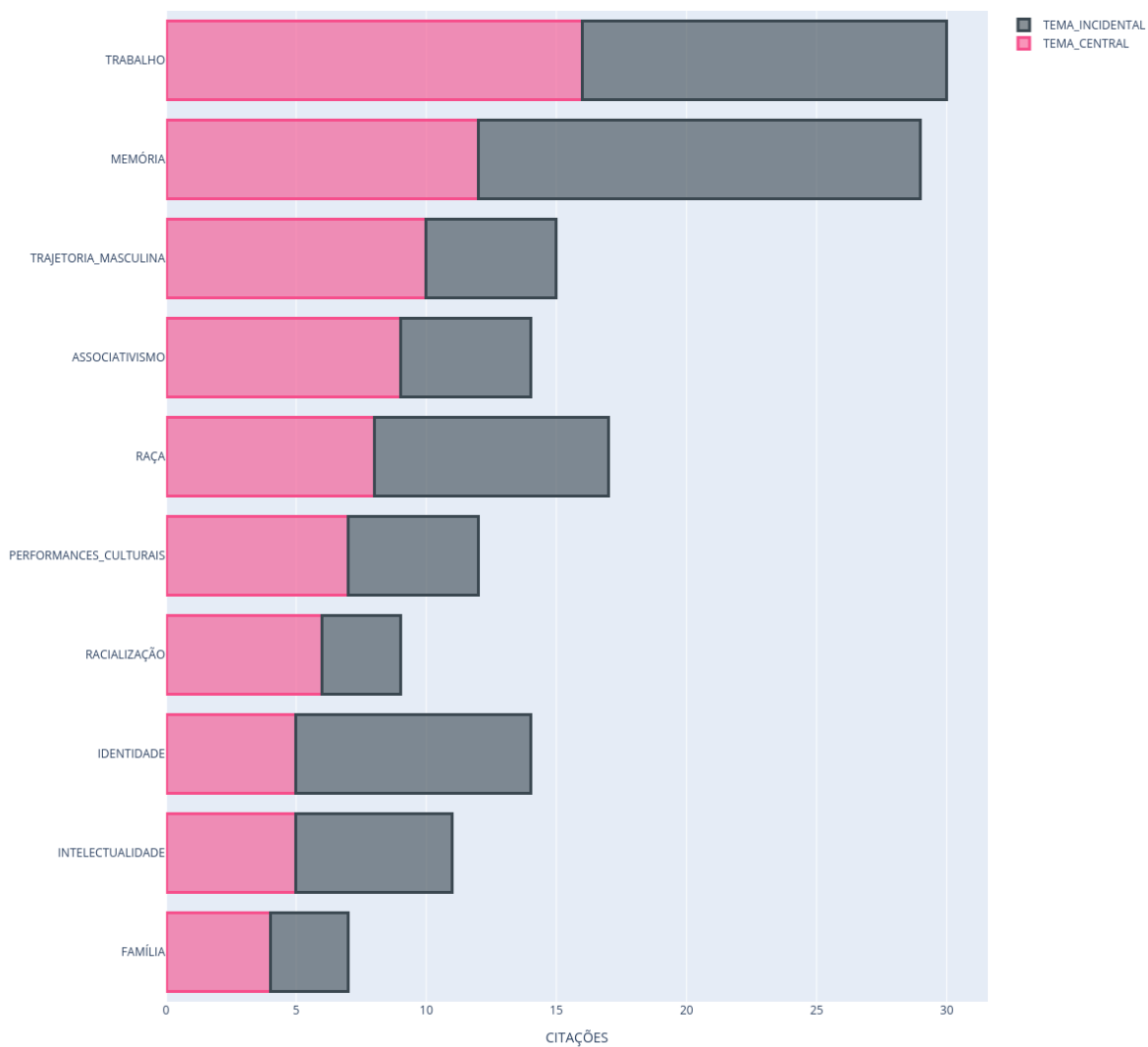


Figura A.7: g7

Usos do termo pós-abolição nos papers da ANPUH: Temática Geral - 10 mais frequentes

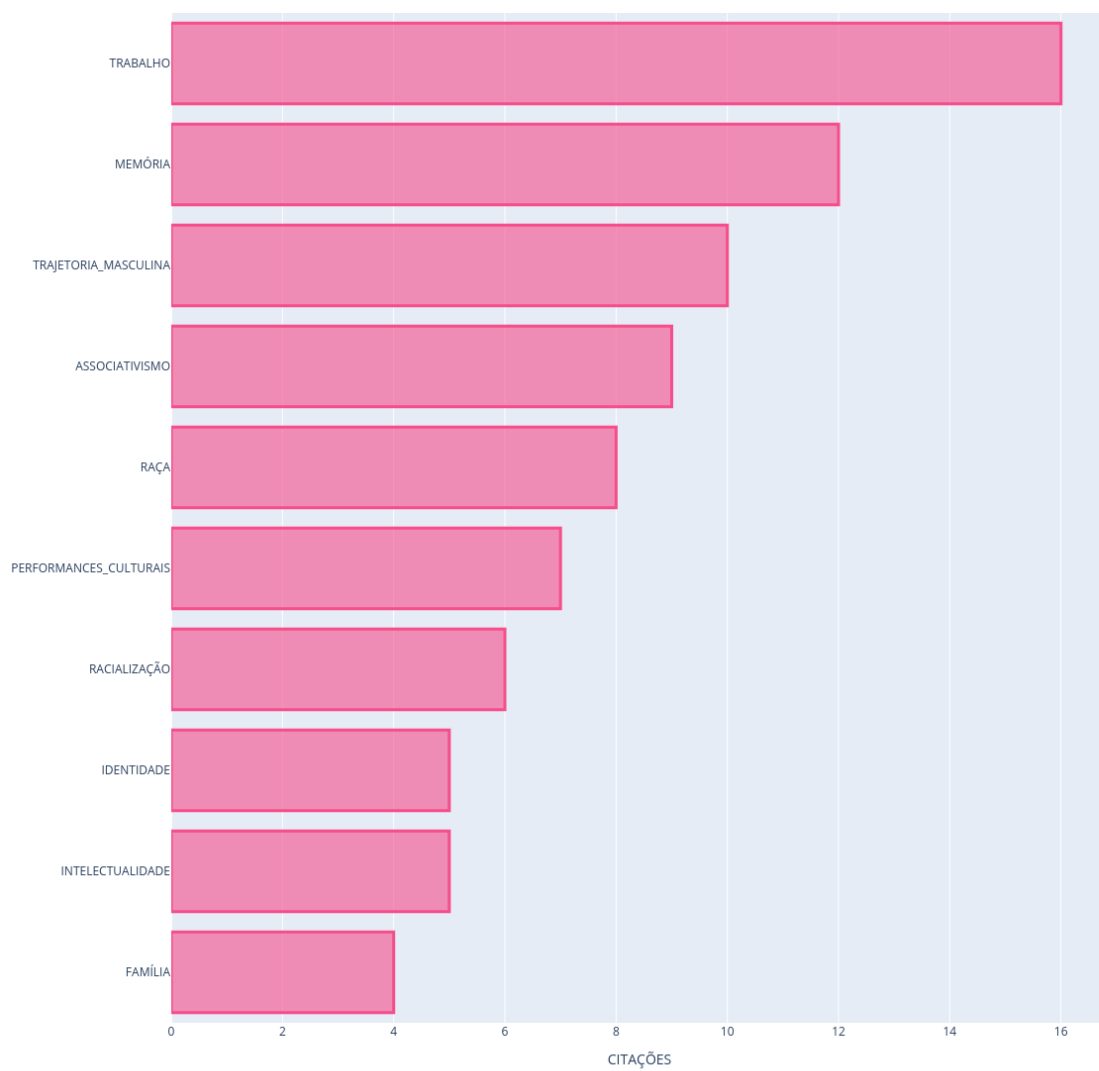


Figura A.8: g8

Usos do termo pós-abolição nos papers da ANPUH: Temática Geral - 10 mais frequentes

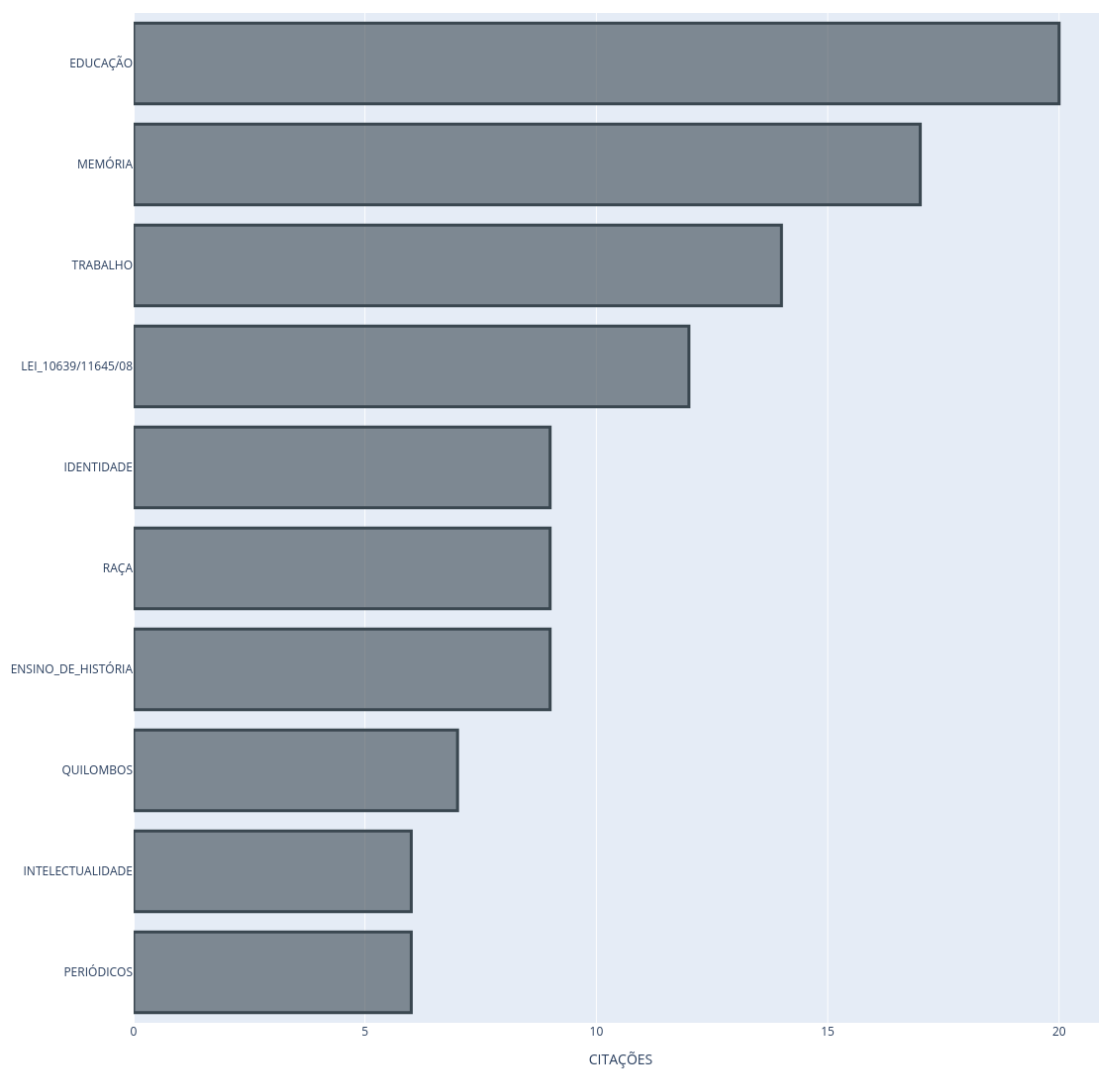


Figura A.9: g9

Usos do termo pós-abolição nos papers da ANPUH: Análise dos sentidos

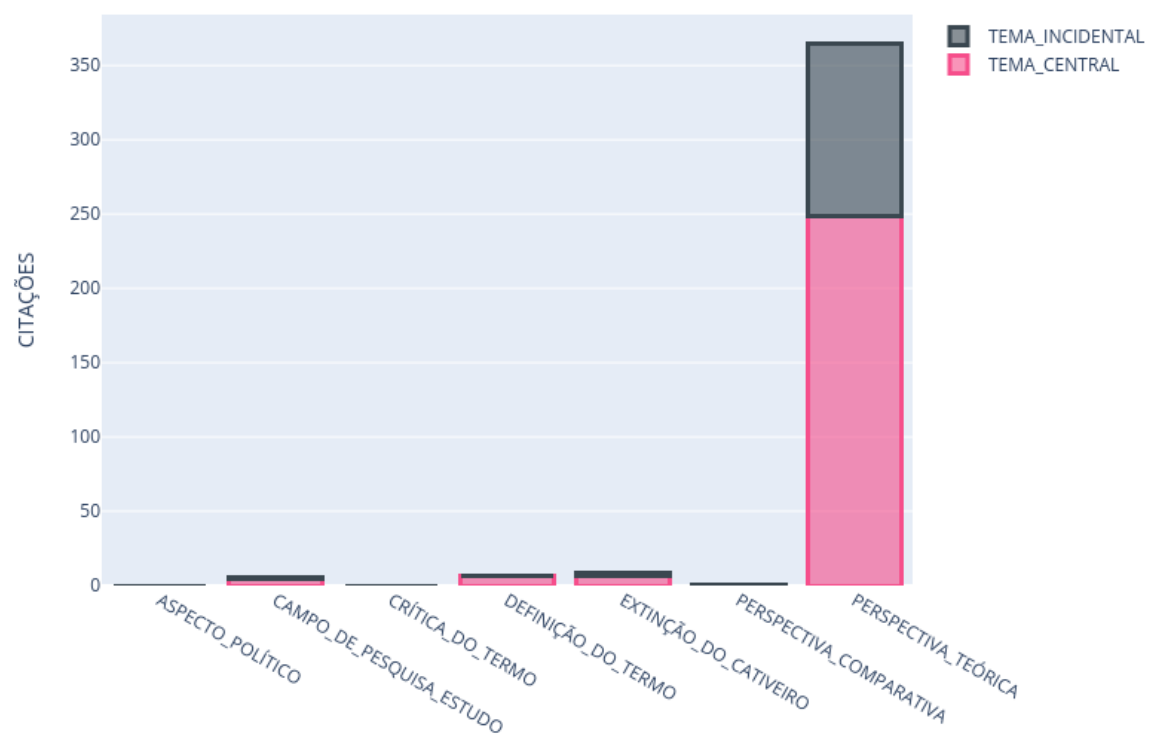


Figura A.10: g10

Usos do termo pós-abolição nos papers da ANPUH: Análise dos sentidos

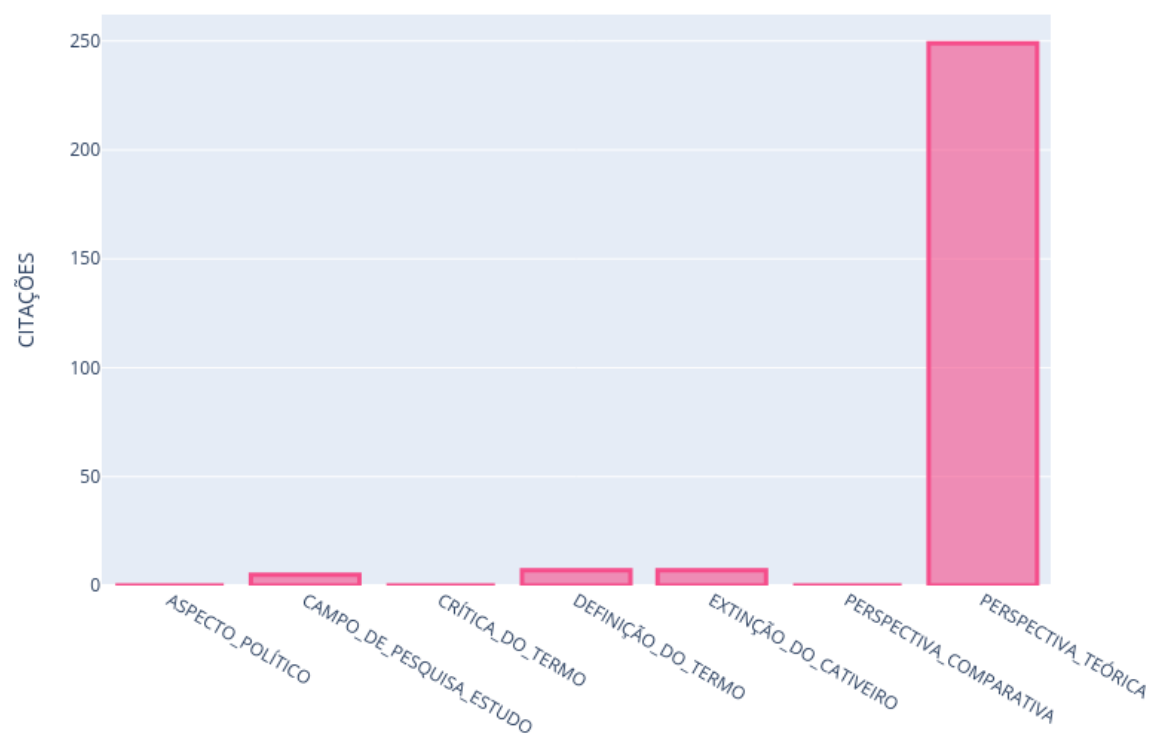


Figura A.11: g11

Usos do termo pós-abolição nos papers da ANPUH: Análise dos sentidos

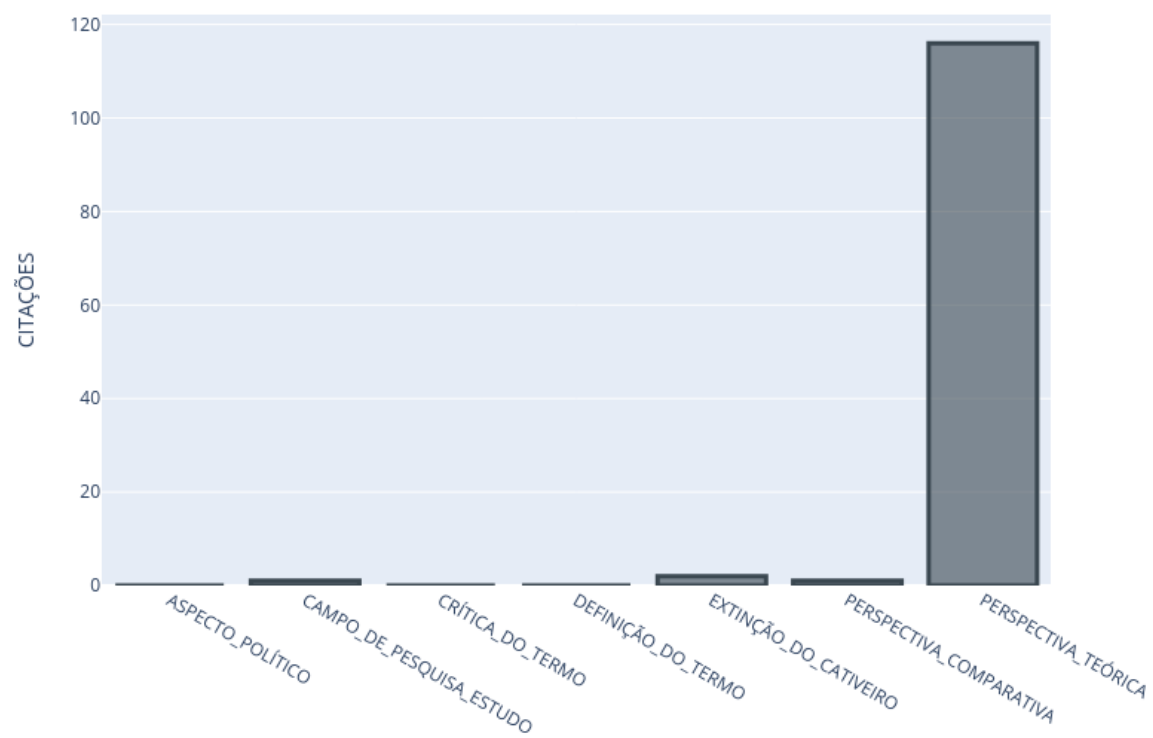


Figura A.12: g12